

# ZEIRO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2015 - ANO XXXIV, NÚMERO 2



## O QUE VOCÊ FAZ NA INTERNET?

A web é mais profunda que o Google, Facebook e Instagram: pode ser utilizada como mercado de drogas ilegais, espaço de vingança e "conversa" com os mortos

**Páginas 12 a 15**

## Refugiados sírios ganham novo lar

Florianópolis é uma das capitais brasileiras que mais recebem imigrantes de zonas de conflitos

**Páginas 4 e 5**

## Assédio moral na enfermagem

Aluna é repreendida pela roupa que usava e gera atrito entre estudantes e professores do curso

**Páginas 6 e 7**

## Medo vai além da universidade

Baixo efetivo policial e pouca participação da comunidade dificultam o combate ao crime

**Páginas 10 e 11**

# Senso crítico ao tratar de temas próximos

Depois de produzir uma edição sobre o denso cenário político do país decidimos voltar os olhos para o próprio umbigo, e discutir temas mais próximos do cotidiano dos estudantes e da cidade. Reconhecer a profundidade dos assuntos e situações que nos cercam é um desafio constante dos jornalistas.

Ao aproximar as pautas de suas próprias vivências, os repórteres do *Zero* tiveram maior liberdade nos textos e puderam trabalhar nos assuntos de maneira menos óbvia e mais experimental. Valorizamos aquilo que melhor conhecemos e mais nos interessamos, e tentamos produzir um jornal sem moralismos ao tratar de temas como drogas, sexo, internet e morte.

Perceber os conflitos de interesses, opiniões e perspectivas, e

mostrá-los sem necessariamente impor uma conclusão única, possibilitando uma via ampla de interpretações, é igualmente difícil e necessário. Em um contexto onde a mídia tradicional tende a dar as respostas prontas, ao invés de ampliar as formas de perceber os eventos, esse esforço é cada vez mais fundamental.

E sendo assim, o ambiente do jornal laboratório, por ser propício à crítica e à reflexão gera uma grande responsabilidade aos repórteres que treinam estas novas formas de fazer uma cobertura jornalística.

A equipe do jornal *Zero* espera ter realizado um bom trabalho, que informe e agrade você.

Boa leitura!

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Facebook - /jornalzero

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900

## ERRATA

Na página 14, cortamos o parágrafo final do texto, em um erro de digitação. Na correria também cometemos duas gafes gramaticais: *intensifica* e *demições*. O correto é *intensifica* e *demições*.



Laura Capriglione é a nova ombudskvinna — feminino de ombudsman — do Zero. Nascida em São Paulo, Capriglione é jornalista independente. Trabalhou como repórter especial do jornal Folha de S.Paulo entre 2004 e 2013. Dirigiu o Notícias Populares (SP), foi diretora de novos projetos na Editora Abril e diretora executiva na revista Veja. Conquistou o Prêmio Esso de Reportagem em 1994, com a matéria "Mulher, a grande mudança no Brasil", em parceria com Dorrit Harazim e Laura Greenhalgh. Foi editora-executiva da revista até 2000. Mudou radicalmente sua carreira e migrou do jornalismo impresso para o digital. Participa do grupo Jornalistas Livres. É uma das fundadoras do Coletivo Ponte, canal de informações sobre Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos.

## OMBUDSKVINNA

Laura Capriglione

Considero corajosa a decisão de produzir uma edição monotemática, focada nos protestos de Março. Foi corajosa porque se trata de uma conjuntura política complexa, com forte polarização (portanto dada a paixões e ódios) e, de certo modo, sem precedentes no Brasil pós-democratização (nunca se viu, como agora, manifestações pró e contra indo para o enfrentamento aberto nas ruas). Parabéns, portanto, para a equipe de estudantes de Jornalismo da UFSC, que enfrentou o desafio de descrever, explicar, interpretar com isenção e distanciamento crítico o momento histórico. Essa é uma das mais nobres e difíceis funções do jornalismo: escrever a história enquanto ela acontece.

Isso dito, vamos aos tópicos que considero problemáticos entre as escolhas editoriais feitas:

Capa: A opção por entregar a capa a um ilustrador, conquanto a ilustração seja ótima, esfriou demais o jornal. Em um momento de ruas cheias, confrontos, pannels, gritos de guerra, rostos crispados e acusações de parte a parte, parece-me que a opção melhor teria sido pela(s) fotografia(s) que captasse(m) a riqueza e a vivacidade das manifestações.

Fotografia: A fotografia é uma das mais incríveis fontes de informação de que o Jornalismo dispõe. Não por acaso, as melhores publicações têm há décadas em seus quadros grandes repórteres fotográficos, aos quais cabe a missão de contar a história por meio de imagens. Eis porque para mim restou sem explicação que a edição tenha um registro fotográfico tão pobre. E que não se diga que não se tinha essas imagens à mão. A rede está cheia de fontes fotográficas que funcionam no regime Creative

Commons e que cederiam sua produção alegremente para um jornal universitário.

Percebe-se claramente que houve a opção editorial por paginar as matérias mais quentes, colocando-as no meio da revista. Considero um erro. A paginação da revista noticiosa deve seguir os mesmos critérios que norteiam a construção do texto de uma reportagem: o mais quente e mais importante vem primeiro, como forma de captar a atenção do leitor e de conduzi-lo para dentro da revista.

A opção por colocar a reportagem "Impeachment é cobrado como solução" logo na página 3, para mim, soou muito editorializada. O título é parcial: "Impeachment é cobrado como solução". Como solução? Para o quê? E para quem? Certamente não para os partidários da presidente Dilma. O próprio professor de Direito Constitucional da UFSC, Alexandre Botelho, o único entrevistado da reportagem, descarta que haja base para um processo de impeachment. Então, "solução" do quê? Mas a situação dessa página fica pior. Em um momento em que a própria admissibilidade do impeachment é negada pelas principais forças políticas do país a página põe o carro na frente dos bois, ao admitir a juridicidade do processo e partir para explicar como aconteceria o impeachment na prática.

Correta a reportagem da página 4, sobre as diferenças entre os atos pelo impeachment de Collor e de Dilma. Em vez do box com as diferenças de patriotismo e nacionalismo, que pouco explica o momento atual eu preferiria colocar uma arte sobre as diferenças entre os Brasís e Collor e Dilma — contendo dados como IDH, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, n° de pessoas

vivendo abaixo da linha da miséria etc. etc. Porque as condições objetivas de vida da população são a chave explicativa essencial das mobilizações.

A reportagem sobre os separatistas seria muito legal se tivesse conseguido dialogar com os protestos do dia 15 de março. Seria. Do jeito, entretanto, que foi montada a reportagem, parece verbete de almanaque. Nada dialoga com os protestos que são o tema da edição. O lide é gelado: começa falando da Escócia, Catalunha e Kosovo... Por fim, cita uma pesquisa do Grupo de Estudos Sul Livre (Gesul), "mostrando" que 73,32% da população sulista apoia a ideia de separação. Alguém acha que um instituto de pesquisa chamado Grupo de Estudos Sul Livre pode ser idôneo ao falar sobre a independência do Sul?

Ótimas as reportagens e a charge das páginas 6 e 7. Apenas uma ressalva: como jornal-laboratório de uma universidade de Santa Catarina, eu acho que "Zero" poderia ter focalizado mais os exemplos de ódio e misoginia do Sul do Brasil e do Estado onde tem sede.

Bem-escritos os relatos dos protestos de 13 e 15 de março. Detalhe: "poucos negros participavam da manifestação", diz o texto sobre o dia 15. Ok. Mas também não são poucos os negros na população de Santa Catarina? Um jeito legal que vi ser feito no ato de São Paulo foi por intermédio de foto de um trecho da manifestação... Contam-se os manifestantes, vêem-se quantos são negros e se compara com o índice IBGE da população. Em São Paulo, deu um índice muito aquém da composição demográfica da cidade.

Bom o levantamento das reivindicações, contido nas páginas 10 e 11.

Falar (como acontece nas páginas 12 e 13) sobre a Reforma Política, nesta conjuntura, tudo a ver. As diferenças de

projetos, as limitações do atual Congresso para fazer a reforma política necessária... Considero, entretanto, inadequado o box "Como montar um partido político". Do jeito que está posto, parece que todo mundo quer (ou precisa) montar um partido político, mas não tem orientação adequada. Isso não é verdade, obviamente. Box de serviço é aquele que responde a um anseio generalizado de informações úteis. Além disso, considero um erro usar uma coluna imensa para falar de três novas siglas que não tem importância nenhuma.

Legal a matéria da Petrobras. Também legal a matéria dos cortes de gastos na UFSC. Apenas acho que o título da matéria "Operários também são chamados de ladrões", que é ótimo, não dialoga com o texto, que deveria ser modificado.

Perfeitamente dispensável a contracapa. Mistura experiências pedagógicas completamente díspares e não permite conclusões. Que entidade estrangeira é essa que ministra aulas de inglês com temas políticos em uma escola pública? A reportagem não informa. O que teria a ver essa experiência com a possível retomada das aulas de Educação Moral e Cívica, conforme projeto em tramitação? E com a simulação de eleições em uma escola particular? Nada a ver porque são experiências absolutamente distintas, envolvendo clientela idem e atuando sobre realidades incomparáveis.

Sugestão: nesse momento de exaltação de ânimos contra a mídia tradicional (tanto à direita quanto à esquerda) teria sido muito legal *Zero* discutir a cobertura da imprensa dos protestos do dia 13 e 15 de março. Um exercício de jornalismo comparado bem-feito, ancorado em fontes isentas e em dados bem apurados poderia ter-se tornado uma importante reportagem do jornal.

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIV - Nº 2 - Maio de 2015 EQUIPE: Anaíra Sarmento, Anderson Spessatto, André Picolotto, Aramis Merki II, Beatriz Santini, Bruna Carolina, Cintya Ramlov, Djalma Júnior, Elva Gladis, Gabriela De Toni, Giuliane Gava, Guilherme Pereira, Iuri Barcellos, João Ziert, Larissa Gaspar, Leonardo Franzoni, Leonardo Lorenzoni, Lucas Amarildo, Luiza Kons, Luiz Fernando Menezes, Manuela Tecchio, Maicon Rios, Marina Gonçalves, Michele de Mello, Natália Duane, Nicolas Quadro, Rômulo Garcia, Samantha Sant'Ana, Tiago Ghizoni, Vitória Greve EDITORES: Cintya Ramlov, Glória Irulégui, Luiz Fernando Menezes, Manuela Tecchio, ILUSTRAÇÃO Danilo Cavazzani, Luiz Fernando Menezes, Pedro Schultz Sertã Machado PROFESSOR-RESPONSÁVEL Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 MONITORIA Luísa Tavares, Mateus Vargas IMPRESSÃO Gráfica Grafnorth TIRAGEM 5 mil exemplares DISTRIBUIÇÃO Nacional FECHAMENTO 06 de maio

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-  
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

# Duas faces de um processo desigual

Valorização imobiliária em bairro de São José, na Grande Florianópolis, impacta moradores de maneiras distintas e expõe aumento das diferenças sociais nas cidades brasileiras

**D**urante seis anos, Maria Izoete Camargo manteve uma lanchonete na garagem de sua casa alugada, próxima à Avenida Presidente Kennedy, no bairro Campinas, em São José. Servia, das sete da manhã até o fim da tarde, café, salgados e refrigerantes a uma freguesia fiel de trabalhadores e moradores da região. Os lucros complementavam a renda da família, composta, até então, da aposentadoria de um salário mínimo e da remuneração informal do marido.

Em uma tarde de agosto de 2014, o proprietário do terreno — no qual, além da casa de Maria Izoete, ficavam outras quatro e uma pizzaria — lhe deu o prazo de três meses para deixar o local, onde morava havia 15 anos. As casas dariam lugar a um edifício de alto padrão, e a construtora estava pressionando para iniciar as obras o quanto antes. Outros moradores do terreno, de 2590 metros quadrados, já tinham concordado em sair — só restavam Maria Izoete, 68 anos, o marido Sidraque, 75, e a filha Adriana, 34. Em novembro, todas as casas estavam desocupadas e logo seriam demolidas.

Campinas é mais um bairro da Grande Florianópolis que passa por uma rápida e intensa valorização imobiliária. Ao lado do terreno onde morava Maria Izoete, hoje vazio e fechado por tapumes, um edifício de 12 andares está quase pronto; nos oito quarteirões ao redor, há três prédios com menos de três anos, outros cinco em construção e mais dois terrenos vazios, esperando por novos prédios. Cinco construtoras estão envolvidas nesses 12 empreendimentos.

Com a valorização imobiliária, a tendência é que os moradores com menor poder aquisitivo sejam forçados a se mudar para áreas mais distantes da cidade — a isso se dá o nome de gentrificação, uma tradução literal da expressão em inglês *gentrification*. Para o professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e candidato à prefeitura de Florianópolis em 2012, Elson Manoel Pereira, a tradução em espanhol do termo é mais clara: *aburguesamento*. O professor ressalta que esse é um processo que, no Brasil, acontece sem controle e é visto como algo natural. “Os brasileiros acham que a valorização é sempre positiva. Mas não é, porque expulsa populações importantes da cidade”.

As próprias políticas públicas no país reforçam essa tendência. Um exemplo é a atual situação do “Minha Casa Minha Vida” na Grande



Depois da mudança: Maria Izoete Camargo (acima) na cozinha de sua casa alugada, em Palhoça; Hilda Marcílio em seu novo apartamento, no bairro Kobrasol, em São José



Florianópolis. Hoje, os empreendimentos do programa em andamento na região são, quase todos, destinados à periferia — de Palhoça, de Biguaçu, de São José — e poucos são realizados em Florianópolis, devido ao alto valor do metro quadrado.

Alguns países, ao contrário do Brasil, tentam controlar esse processo. O professor destaca o exemplo da cidade de Lyon, na França, onde, durante a restauração da região central, o poder público

decidiu reservar 30% dos imóveis à população de baixa renda. “Seria o equivalente a reservar, por exemplo, 30% da Avenida Beira-Mar Norte para

os pobres. O prefeito que fizesse isso seria enforcado em plena Praça XV”.

A transformação em Campinas, decorrente da valorização imobiliária, também atingiu Hilda Pereira Marcílio, 87 anos, vizinha e grande amiga de Maria Izoete. A construtora já possuía 2020 metros quadrados de terreno e, para fechar a quadra do novo prédio, precisava dos outros 570, que pertenciam a Hilda. Como a casa que dividia

com a filha Ivonete era própria, o processo de saída do imóvel, para ela, foi diferente.

A relação de Hilda com o bairro é antiga; foi

ali que casou, criou os nove filhos e ficou viúva, há dez anos. Os prédios que hoje caracterizam o bairro a fazem lembrar do tempo em que cortava lenha no quintal e presenciava corridas de cavalos nas ruas. Talvez por isso não estivesse muito disposta a vender — mas a construtora estava disposta a comprar. O acordo foi fechado, pelo dobro do valor de mercado, em junho de 2014. Um mês depois, Hilda deixou a casa onde morava havia 30 anos.

A valorização imobiliária nas cidades apresenta, de acordo com o professor Elson, dois aspectos distintos: o individual e o social. A questão é qual deles deve prevalecer. Se o processo, do ponto de vista pessoal, pode ser considerado legítimo, resta discutir se, do ponto de vista social, o caminho desejado é mesmo o da “elitização ao extremo” e da “periferização da pobreza”. “Eu não sei se a sociedade brasileira está madura para fazer essa discussão — de que a valorização da terra pode ser algo ruim”, questiona. “O espaço urbano é reflexo e, ao mesmo tempo, causador de diferenças sociais”.

Hilda Marcílio hoje mora em um apartamento espaçoso no bairro Kobrasol, não muito longe da antiga casa. Continua perto dos filhos e netos e se sente mais segura. “Dizem que aqui é muito barulhento, mas eu não sei. Sou praticamente surda”, brinca. Na mudança, decidiu doar todos os móveis e eletrodomésticos que tinha.

Desde que deixou São José, Maria Izoete ainda visita a amiga Hilda, mas com menos frequência do que gostaria. A mudança para o bairro Caminho Novo, em Palhoça, não foi uma escolha sua. O acordo firmado com o dono do antigo terreno era de que os dois primeiros anos de aluguel do novo imóvel seriam pagos por ele. Uma casa em Campinas, por conta dos preços elevados, já não era mais possível.

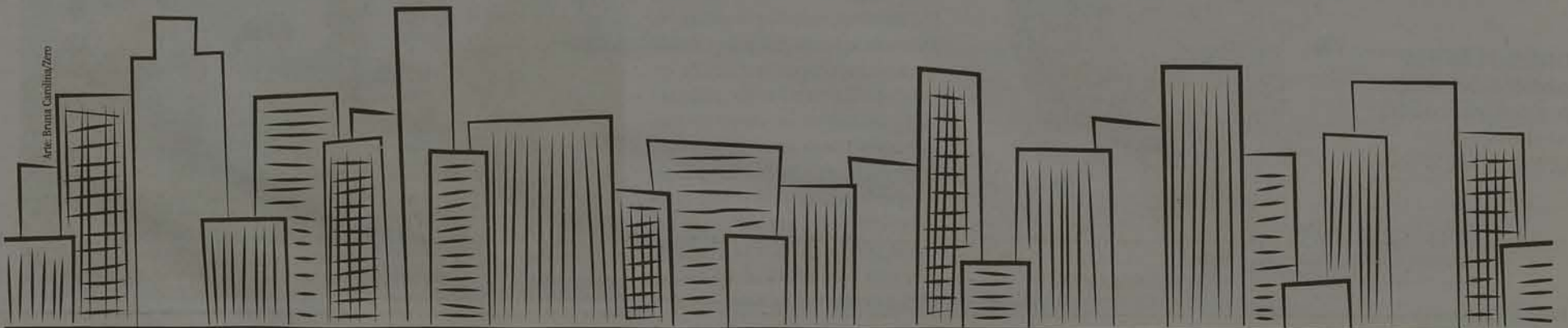
Sem a lanchonete, a renda da família de Maria Izoete diminuiu consideravelmente. A situação piorou quando o marido, que trabalhava sem carteira assinada como zelador, abrindo e fechando as portas de um centro comercial em Campinas, percebeu que não poderia continuar trabalhando por conta dos horários de ônibus. Hoje, é a filha Adriana quem sustenta a casa. Quando o prazo de dois anos terminar, Maria Izoete diz que não sabe o que vai fazer.

André Picolotto

andre.picolotto@gmail.com

Bruna Carolina

brunacarolina.ssilva@gmail.com



# Florianópolis abriga refugiados de Guerra Civil

Em quatro anos de conflito, sírios são o maior grupo de estrangeiros que consegue asilo no Brasil

**E** nunca mais vou voltar para guerra. Mas, se pudesse, eu voltaria.” “Eu quero trazer minha família para cá, mas não dá.”

São estes os sentimentos de Mohammad Alshekha, Khaled Yaseen e Mahmoud Saghrij, refugiados do conflito civil na Síria que, em quatro anos, já matou mais de 220 mil pessoas. Os três moram hoje em Florianópolis. Desde o início, em março de 2011, o Brasil já recebeu cerca de 1.600 refugiados sírios e se tornou principal destino entre os países da América Latina.

Sem conhecer o idioma, a cultura ou ter planos para o futuro, eles embarcam, sozinhos ou com suas famílias, cheios de dúvidas, mas com uma expectativa simples: conseguir um emprego em um lugar em que possam morar e viver com segurança. Por ter um Centro Islâmico e uma comunidade árabe pequena mas consolidada, Florianópolis é um dos destinos escolhidos dos refugiados.

Não faz muito tempo que Khaled Yaseen desembarcou na capital catarinense. Há apenas sete meses na Ilha, ele trabalha no Centro da cidade como caixa da lanchonete Damasco – nome da capital de seu país natal. “Lá, eu trabalhava como vendedor de comida para cavalos. Pensar em deixar a Síria não era algo que passava pela minha cabeça.” Khaled era morador de Duma, cidade próxima a Damasco e opositora ao governo de Bashar al-Assad. “Eu vi os militares de Bashar jogarem uma bomba de 500 quilos em minha cidade. Sete ruas ficaram totalmente destruídas. Há mais ou menos dois anos eu vi os *snipers* – atiradores de elite – matando cinco civis

com tiros na cabeça. Uma menina de quatro anos morreu naquele dia”. Foi um dos momentos definitivos que levaram Khaled a deixar seu país. “Hoje está muito pior.”

Desde o início da guerra, mais de 220 mil pessoas, na maioria civis, morreram. Outras 440 mil estão sitiadas, grande parte nas mãos dos militantes, principalmente do Estado Islâmico. Os dados, publicados em abril, são do Observatório Sírio dos Direitos Humanos.

Até hoje, centenas de sanções a empresários e instituições sírias – acusadas de envolvimento com o regime de al-Assad – foram aplicadas pelas potências mundiais, sem, no entanto, ações mais efetivas. De acordo com o Conselho de Segurança da ONU, existe um certo esquecimento e até preguiça das autoridades sobre o assunto da Síria.

Os Estados Unidos da América (EUA), que já intervieram diversas vezes nos conflitos do Oriente Médio, desta vez não tomaram nenhuma ação concreta. Além do repúdio expressado diversas vezes, o presidente Barack Obama ameaçou que, se armas químicas fossem lançadas no combate civil, eles

atacariam militarmente – o que não aconteceu. A utilização de armas químicas é de conhecimento geral, mas poucas provas sobre o responsável dos ataques foram encontradas. No último 6 de março, o Comitê de Segurança da ONU aprovou uma resolução que condena o uso desse tipo de arma.

Khaled sentiu na pele um desses atentados com armas químicas. “Durante a noite, helicópteros sobrevoavam as cidades e jogavam bombas



Os amigos de Khaled Yaseen, que moram na Síria, enviam fotos e vídeos do que acontece na cidade de Duma

que causavam grandes destruições e ‘sugavam’ o ar. Não dava para respirar”. Ele morava em uma casa com a família, e os primos que ainda vivem lá contam o que acontece e mandam

fotos da cidade. Khaled pega o celular e abre um mapa. “Está vendo esta Mesquita bonita? Eles destruíram. Aqui é a minha

casa. Eu estava planejando me casar e mudar para esta outra casa. Comprei mobília, mas roubaram tudo. Você sonha com aquilo que construiu, e não dá tempo de viver. Eles destroem tudo”.

Khaled deixou a cidade de Duma há dois anos e três meses com destino ao Líbano, onde ficou durante um ano e oito meses. “Não dá para viver lá. Eles não nos aceitam, há muito ódio e preconceito”. Ele considerou sair do Líbano e se mudar para a Turquia, porém ele diz que o país também passa por dificuldades econômicas e não há empregos. Então conversou com um amigo e ficou sabendo que o Brasil estava aceitando refugiados da guerra. Mesmo não sabendo muita coisa sobre o país, arrumou suas malas e veio.

Ao longo da história, sempre houve casos de pessoas ou populações inteiras que se viram obrigadas a deixar sua terra natal e procurar refúgio em outros países, movidas por perseguições políticas e raciais ou por guerras. Dar refúgio é um ato político, definido por cada país. No Brasil, o refúgio é regulado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que criou o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), presidido pelo Ministério da Justiça. Para a mestranda em Relações Inter-

nacionais na UFSC, Thamirys Lunardi, a decisão do Brasil de conceder vistos para refugiados é uma estratégia de política externa, com o objetivo de, ao dar suporte em momentos de crise humanitária, projetar o país como um ator importante no cenário internacional.

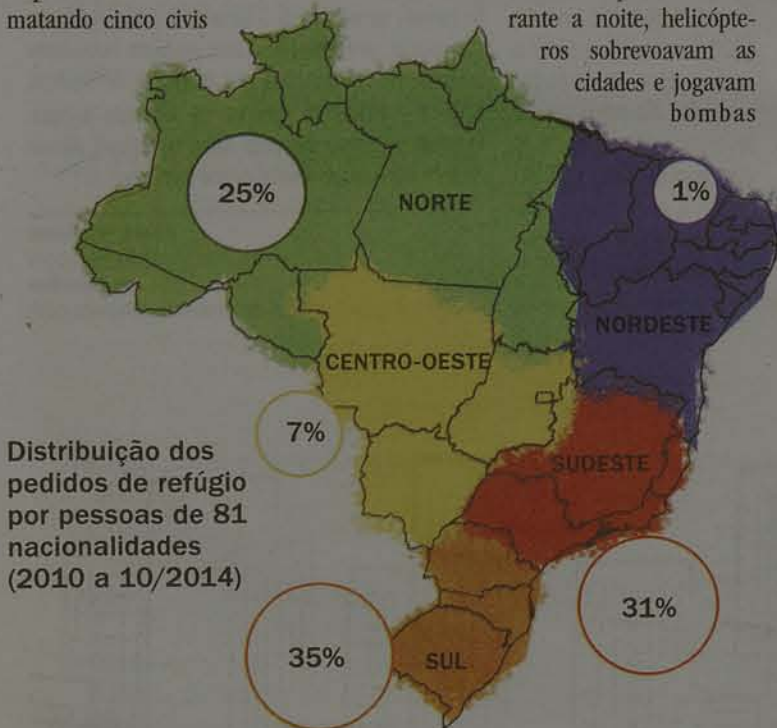
Após quatro anos de conflito, o Brasil é o líder em acolhimento de refugiados na América Latina. De acordo com o último relatório do Conare, o país possuía, em outubro de 2014, 7.289 refugiados reconhecidos de 81 nacionalidades distintas. Os sírios são o maior grupo de refugiados existentes no país, com 20% do total. De 2012 para cá, praticamente 100% dos pedidos de refúgio feitos por sírios foram reconhecidos. Por causa do conflito humanitário, o Conare aprovou a Resolução Normativa nº17, que legaliza a emissão de um visto de turista, válido por 90 dias, para facilitar a entrada no Brasil a quem queira solicitar refúgio.

Foi este visto que Khaled conseguiu na Embaixada Brasileira no Líbano quando decidiu se mudar. Ele veio sozinho e deixou toda a família no país. Mesmo de longe, seu amigo Mahmoud Saghrij, 28 anos, conseguiu um emprego e um local para

dormir em Florianópolis. Era o que bastava. Em março de 2015, Khaled foi ao escritório da Polícia Federal novamente – mas desta vez para levar sua mãe e irmã para solicitar o visto de refugiado. Hoje, cerca de 15 pessoas da família vivem juntas em um apartamento de dois quartos, sala, cozinha e banheiro no centro da cidade.

Nem todos os imigrantes sírios que vêm ao país, porém, já tem hospedagem e emprego garantidos. Mahmoud não conhecia ninguém quando chegou a São Paulo, há um ano. Lá ele foi recebido pelo Centro Islâmico Brasileiro e orientado a fazer seus documentos e solicitação do visto de refugiado em Brasília. Morou um mês na cidade até conseguir a permissão e

**“Vi militares jogarem bombas em minha cidade. Sete ruas ficaram destruídas”**

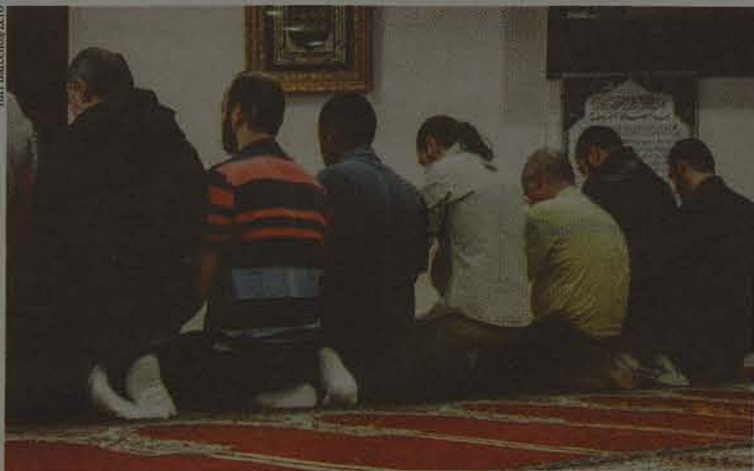


Distribuição dos pedidos de refúgio por pessoas de 81 nacionalidades (2010 a 10/2014)

Fonte: Relatório Refúgio no Brasil ONU/ACNUR



Mahmoud quer trazer a família



Sem auxílio financeiro, Centro Islâmico ajuda mais de cem pessoas

a carteira de trabalho. Foi encaminhado, então, a Florianópolis, porque a cidade possuía uma comunidade árabe que poderia orientá-lo.

A integração local dos refugiados, de acordo com o Conare, é feita por Organizações não Governamentais (ONGs) como as Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro, que, por meio de convênio com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), administram os recursos destinados aos programas referentes à inserção destas pessoas na comunidade de acolhida. O ACNUR tem um escritório em Brasília e dois em São Paulo, os quais são responsáveis pela proteção e integração dos refugiados e pela arrecadação de fundos privados.

Florianópolis também tem uma unidade da Cáritas, mas, segundo a coordenadora local Fabiana Gonçalves, eles não recebem verba para atender os imigrantes sírios. O auxílio dado pela Cáritas Regional de Santa Catarina foi feito com doação de alimentos recolhidos em uma campanha durante os trotes da UFSC. Na cidade, o acolhimento é feito pela própria comunidade árabe no Centro Islâmico de Florianópolis



e pelo Grupo de Apoio aos Migrantes e Refugiados da Arquidiocese de Florianópolis.

Para solicitar refúgio no Brasil, o estrangeiro que se considera vítima de perseguição em seu país deve fazer um pedido formal à Polícia Federal e passar por uma entrevista. A solicitação é encaminhada ao Conare, e pode levar mais de um ano para ser analisada. O solicitante então recebe um protocolo que vale por dois anos, que depois deve renovar por mais dois anos até receber o visto definitivo. A lei garante aos refugiados, assim como aos solicitantes de refúgio, os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro, além de documentos de identificação, trabalho, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à educação pública.

Mahmoud Saghrij é formado em Direito e trabalhou durante oito meses como advogado. “Eu tenho vontade de trabalhar na minha área aqui no Brasil, mas é muito difícil. Eles pedem muitos papéis”. Assim como tantos outros homens da Síria, Mahmoud deixou seu país porque não queria participar do conflito e, caso continuasse em solo sírio, seria obrigado a entrar no exército. Mudou-se para a Jordânia a fim de evitar o alistamento militar, mas enfrentou muitas dificuldades para conseguir emprego.

Até janeiro de 2015, de acordo com a ONU, foi registrada uma população de 620 mil sírios vivendo na Jordânia, 84% deles fora dos campos de refugiados. A Turquia e o Líbano são os outros dois países vizinhos da Síria que mais receberam imigrantes. “Entre Turquia e Brasil, prefiro aqui. Lá já tem muitos sírios. Se não está ruim ainda, depois vai ficar”, diz Mahmoud, que não pretende voltar logo para o seu país.

Quando chegou em Florianópolis, Mahmoud foi recebido pelo *sheikh* Amin Alkaran, estudioso do Islamismo e responsável do Centro Islâmico. Foi ele quem providenciou uma casa de amigos sírios, durante uma semana, e um emprego no caixa de uma padaria, além de ajudá-lo a alugar um apartamento perto de onde trabalha. “Aqui tem muita burocracia para alugar, e o custo de vida é alto.” Ele divide o aluguel de R\$ 1.400,00 com outros dois amigos. Trabalhando 12 horas por dia, consegue se manter na cidade. Em um ano, juntou e enviou mil dólares para a família que ainda vive na Síria. “Durante

a guerra, tudo está mais caro lá em Damasco. A cidade está destruída, o que vocês veem na televisão é muito menos”. Ele quer trazer os pais e irmãos para o Brasil, mas a viagem custa muito caro.

Esta não é a primeira vez que o Brasil recebe uma grande quantidade de imigrantes sírios. Os primeiros grupos chegaram no início do século XX. “Eles são majoritariamente católicos e já estão em completa integração à comunidade brasileira. Os refugiados de agora representam a terceira onda de imigração e irão fazer parte das comunidades árabes chegadas ao Brasil a partir da segunda metade do século XX, majoritariamente de religião muçulmana”, diz a mestrandia em Relações Internacionais da UFSC Thamirys Lunardi.

A maior parte da comunidade árabe de Florianópolis se organiza em torno do Centro Islâmico, que fica em um andar de um prédio comercial na rua Felipe Schmidt e é comandado pelo *sheikh* Amin Alkaram. Além de ser um local para orações e manutenção da cultura, a Mesquita é também uma instituição que auxilia os refugiados. Eles criam redes de apoio, buscam emprego e acolhimento com pessoas que já vivem na cidade há mais tempo, ajudam no processo de solicitação do visto e oferecem aulas de português.

A instituição, que já prestou auxílio a mais de 100 pessoas desde o início da guerra, não recebe nenhum repasse financeiro por parte do governo brasileiro, de acordo com o *sheikh* Amin. Para a mestrandia Thamirys Lunardi, o Brasil não tem uma política clara de atendimento a refugiados, os quais acabam dependendo da boa vontade de outras pessoas.

O idioma é uma das grandes dificuldades que os sírios têm ao chegar



Mohamad estudava Engenharia

no Brasil. Eles falam árabe, alguns falam inglês, mas a difícil tarefa de aprender português só acontece no dia-a-dia. As aulas de Português que Khaled, Mahamoud e Mohamad fizeram no Centro Islâmico durante quatro meses ajudaram. Mohamad Alshekha, 29, gosta de conversar e aprender com os clientes. Na loja de eletrônicos em que trabalha, já perdeu vendas por não falar o idioma, mas diz que no geral as pessoas são receptivas. Na Síria, ele estudava Engenharia e Tecnologia na universidade e era o responsável técnico nas lojas

de informática do pai.

“Antes da guerra o país era bom para viver, trabalhar, estudar, tudo. Depois acabou a segurança. Você não sabe que hora vai morrer, não sabe de onde vêm os tiros e as bombas.” Ele perdeu um irmão de 35 anos assassinado na prisão. Há quase um ano saiu da Síria e há sete meses está em Florianópolis. Veio direto para a capital catarinense. “Aqui no Brasil é tudo melhor, mas na verdade eu queria voltar hoje. Só que não posso.”

Giullane Gava

giullanegava@gmail.com

Iuri Barcellos

iuribarcel@gmail.com

Colaboração de: Dayane Ros, Elva Gladis, Gisele Bueno e Luara Wandelli

## Conflito armado causa mais de 220 mil mortes em quatro anos

No último dia 15 de março, a guerra civil na Síria completou quatro anos de duração e ainda sem qualquer indicativo de fim. O conflito já causou mais de 220 mil mortes, de acordo com o Observatório Sírio dos Direitos Humanos. São, em média, 150 mortos por dia. Mais de 9,5 milhões deixaram suas casas procurando refúgio em outras cidades na Síria e em países vizinhos. Era janeiro de 2011 quando – encorajados pela Primavera Árabe no Egito e na Tunísia – os sírios iniciaram uma série de manifestações pacíficas contra o governo do presidente Bashar al-Assad reivindicando mais democracia e liberdades individuais. O presidente está no poder há 15 anos e sucede a gestão de Hafez al-Assad, seu pai, que governou o país por 30 anos.

Em março de 2011, os protestos que pediam a renúncia do presidente Bashar haviam se espalhado pelo país – e se tornaram uma revolta armada quando, após 14 crianças serem presas e torturadas por escreverem mensagens de apoio à Primavera Árabe nas paredes de uma escola, os moradores da cidade de Daara foram às ruas. A partir de então, grupos favoráveis e contrários ao governo empunharam armas e saíram às ruas de Damasco, capital da Síria. E, para piorar o cenário do país, o conflito se tornou ainda mais sangrento com o avanço de grupos jihadistas, responsáveis pela morte de milhares de pessoas por questões religiosas. Um dos grupos com maior efetivo e poder territorial na Síria é o Estado Islâmico, que possui cerca de 50 mil milicianos e

está presente em aproximadamente 25% do território do país.

Estima-se que, no início da guerra, o governo sírio contava com aproximadamente 40 mil milicianos a favor de Bashar al-Assad. O exército sírio foi criado em 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial, e armado principalmente com o auxílio da extinta União Soviética. Na época, além de entregarem armas, eles treinaram o exército sírio. Desde então, os dois países possuem uma relação de diplomacia. Em 2014, o governo de Vladimir Putin comunicou que continuaria a apoiar o governo de al-Assad e o auxiliaria em tudo o que fosse necessário na luta contra o terrorismo. Na Síria, todos os homens com 18 anos de idade devem se apresentar ao serviço militar – caso o civil se

oponha a servir, ele será perseguido e corre risco de morte.

O governo de Bashar al-Assad também foi acusado de utilizar armas químicas durante a guerra. O presidente americano Barack Obama rechaçou essa atitude, e, diante da possível intervenção americana, al-Assad aceitou destruir seu arsenal. O governo brasileiro, em comunicado sobre os quatro anos de conflito sírio, afirmou que as mais de 220 mil mortes são uma das maiores tragédias deste século e lembra que o Brasil, além de abrir suas portas para o povo daquele país, realizou massivas doações de alimentos, remédios e roupas. E que apenas uma solução civil, onde governo e oposição entrem em acordo, alcançaria as aspirações do povo sírio.

# Alunos de enfermagem pedem mais

Hierarquia engessada e vertical dificulta diálogo com coordenação do curso e abre brecha

Convocada por email, em setembro de 2014, Suzane da Costa foi a uma reunião para discutir sua assiduidade nas aulas de Fundamentos Para Cuidado Profissional, coordenada pela professora Marta Lenise do Prado. O assunto mudou quando a professora decidiu dar um 'conselho de mãe' para a jovem. Segundo Suzane, Marta falou que alguns colegas docentes comentavam sobre as roupas da aluna usadas em sala de aula. "Já fui pra praia de nudismo, te entendo, mas as pessoas estão comentando. As pessoas têm uma mente poluída, ruim, acho que seria melhor você não usar roupas tão curtas. Você pode se abaixar e vai que aparece sua calcinha". O silêncio preencheu a sala. Suzane estava em choque e mal conseguiu responder. Mesmo assim, disse que não se importava e caso alguém tivesse um problema a seu respeito, deveria se dirigir a ela. Para encerrar o encontro, a professora lhe deu um abraço, tentando contornar a situação e se reconciliar. Ao colocar os pés para fora da sala, Suzane chorou.

Desesperada, a aluna encontrou o namorado e juntos foram até a sala da coordenadora do curso falar sobre o ocorrido. Para sua surpresa, a professora Soraia Dornelles mediu com a palma da mão a distância do shorts de Suzane até o joelho e afirmou que atitudes como essa eram normais, pois o curso de Enfermagem tem sua origem ligada à Igreja Católica e por isso mantém alguns padrões exigidos pela religião. Suzane afirma que a coordenadora disse também que já havia passado por isso e que o melhor era resolver o assunto direto com a professora Prado. Sem o apoio das professoras, a aluna e seu namorado, José Roberto Freitas, decidiram recorrer aos colegas da turma. A estudante já não tinha coragem de ir às aulas, pois imaginava que os comentários tinham partido dos próprios professores. "Sentia que todos iriam ficar me olhando, por conta do meu cabelo, a forma como eu me visto. Eu nunca mais queria voltar para aquele lugar", relatou. Como forma de repúdio à atitude das professoras, os 35 estudantes da disciplina redigiram uma carta para o corpo docente pedindo mais respeito aos alunos e que seguissem os preceitos éticos da profissão. Eles afirmavam se posicionar contra qualquer atitude e comentários opressores, machistas e conservadores. O documento também foi publicado na página do Centro Acadêmico de Enfermagem (CALENF), no Facebook, com a assinatura e CPF de todos os apoiadores. Além disso, colaram faixas e cartazes, nos corredores do Departamento, questionando a postura dos professores.

A Enfermagem foi pioneira na UFSC ao implementar um novo método pedagógico e sistema avaliativo: a metodologia ativa. Baseada na educação popular de Paulo Freire, tem como objetivo ser uma forma mais inclusiva de aprendizado, na qual o estudante é protagonista e deve buscar compreender o seu ritmo de apreensão do saber. Além disso, propõe a democratização nas discussões e incentiva a maior participação dos estudantes na tomada de decisões.

O modelo inovador veio junto ao novo currículo do curso. Nessa metodologia, o professor deixa de ser um transmissor do saber para ser um mediador de conflitos, auxiliando o aluno a se descobrir. "Nós nos antecipamos ao sofrimento do aluno. Quando percebemos que ele pode ter algum problema psicológico, já encaminhamos aos professores que estudam mais essas questões", afirma Dornelles, coordenadora do curso. Segundo ela, existem disciplinas nas primeiras fases que trabalham o lado subjetivo do aluno para que ele possa entender o novo momento que está vivendo e que todos, com suas características individuais, consigam

se relacionar bem em coletivo, tanto na sala de aula, como no mundo do trabalho. "Afinal, a enfermagem é uma profissão que se trabalha em equipe" ressalta.

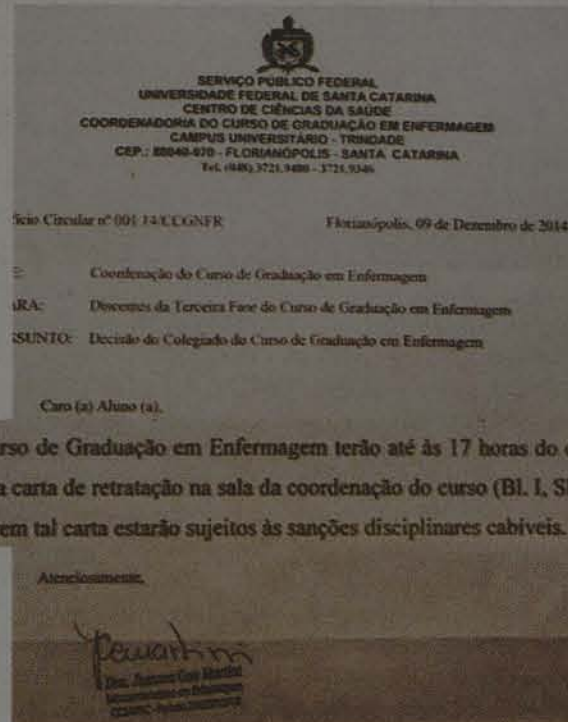
A professora garante que o método vem, há quatro anos, sendo aplicado com êxito: "Não existe algo negativo na metodologia ativa". As aulas se estruturam a partir de diferentes situações - problema que o aluno deve buscar solucionar. Para ela, isto os ajuda na adaptação para a atuação no mundo da enfermagem. Ao falar sobre a resolução de conflitos entre alunos e professores, foi breve: "O aluno deve sempre buscar dialogar diretamente com o professor. Caso não funcione, deve conversar com o coordenador da disciplina e, em última instância, a mim".

"Nosso método necessita da participação do estudante, ele deve estar presente, atuando em todo o momento. Não é à toa que criamos o Conselho de Representantes de Turma (CRT) onde, todas as terças-feiras, temos reuniões entre professores e estudantes para conversar sobre o acompanhamento pedagógico de cada fase".

Segundo Clara Pereira - ex-membro do CALENF - o Conselho só foi criado em meados de novembro de 2014, quando a gestão do Centro Acadêmico se desfez por conta da forte pressão ocasionada com a disseminação do caso de Suzane. Ela diz ainda que o CRT é um dispositivo previsto no estatuto do CA, caso a entidade fique um período sem direção. "De fato, as reuniões do Conselho tem sido muito importantes, mas ele só foi criado por pressão estudantil," garante a discente.

## A resposta dos professores

Para a coordenadora do curso, a aluna não compreendeu o que a professora teria dito e se chateou. "Mas, para nós, o que é mais importante é o que se encaminhou desse processo. Pretendemos institucionalizar a ideia de todo semestre termos uma parada pedagógica, um momento onde os alunos e professores sentam para discutir e reavaliar o método pedagógico aplicado".



Poderia ser penalizado quem não se retratasse

Por Skype, a vice-coordenadora Jussara Martini afirmou que o episódio foi discutido na turma: "a coordenação acompanhou as oficinas e ateliers que foram feitos durante as aulas. Até respeitando os envolvidos, a coordenação ficou um pouco mais afastada". No entanto, de acordo com Freitas, os professores da disciplina Fundamentos Para Cuidado Profissional sentaram com os estudantes apenas uma vez e garantiram que não avaliavam inadequada a ação da professora Prado.

Novembro de 2014

A atmosfera nos corredores era tensa e desagradável. Após notarem a reação dos estudantes, coordenadora e vice convocaram uma assembleia do curso para debater a situação. Mas, segundo Freitas, namorado de Suzane, a

coordenação deixara bem claro o que pretendia: "a gente não vai falar sobre o que aconteceu, vamos falar da postura de vocês". Foi de longe a maior assembleia realizada recentemente no curso, garante o casal, "tinham pessoas de todas as fases presentes e o que era pra ser um espaço de discussão sobre o nosso caso, acabou se tornando um momento de desabafo sobre as situações que outras pessoas viveram no curso". Muitos alunos que abraçaram a causa de Suzane começaram a se manifestar.

"Ali dentro a gente é louca. Nem chegamos a bater de frente, não tem igualdade". Desde a primeira fase Maísa Perez já recebia críticas de professores, que a abordavam pelos corredores e faziam comentários na própria sala de aula, principalmente por ser mãe de três filhos. Segundo Maísa, os docentes diziam: "Tem certeza que você quer ser enfermeira? Você não tem perfil. Academia não é lugar para mãe". A estudante nunca denunciou as atitudes dos docentes com medo de que eles "descontassem" nela mais tarde - de forma a reduzir suas notas ou reprová-la em disciplinas. Maísa ainda declarou que já pensou em desistir do curso: "aquele lugar é horrível. Você tem que ser uma porta, insensível, para se formar ali, porque você não vê, não fala...".

A professora Marta do Prado comenta: "a avaliação é realmente subjetiva, nós não escondemos isso, o que fazemos é torná-la mais transparente e democrática possível". Já a estudante Perez garante que os professores não devolvem os trabalhos e provas para os estudantes analisarem: "eles só nos falam a nota".

Segundo o namorado de Suzane, ao fim da assembleia promovida pela coordenação, os professores começaram a atribuir



# igualdade nas relações acadêmicas

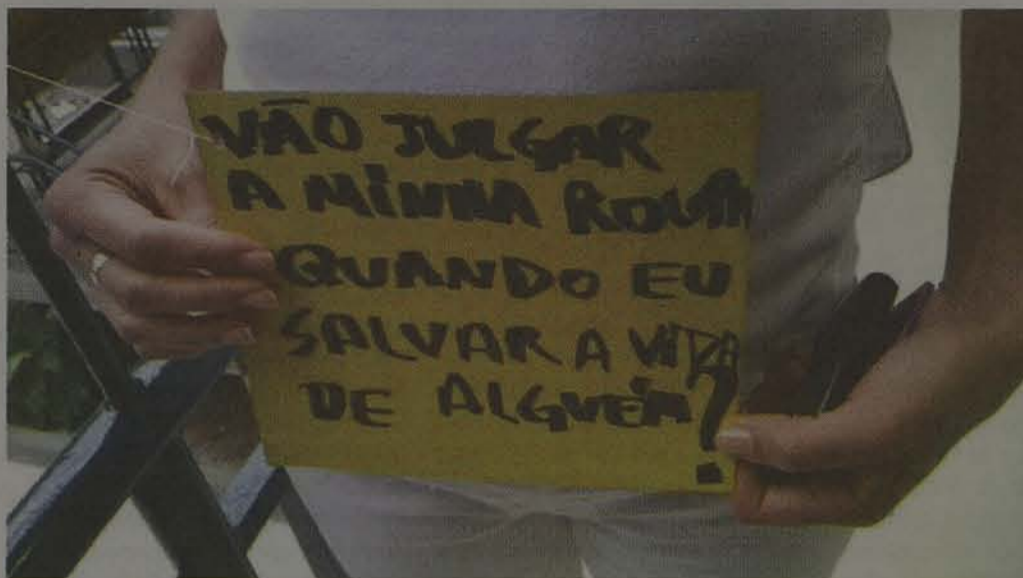
para casos de assédio, como o sofrido pela estudante Suzane da Costa\* no ano passado

transtornos de ordem psicológica para a jovem, falando que ela era o problema. "Tudo o que nós questionávamos eles desconversavam. Eles não tinham argumentos contra os nossos questionamentos", declarou Freitas. "Já vivemos situações similares várias vezes no curso e sabemos que a postura será sempre de abafar o caso ou tentar inverter os papéis de vítima e assediador entre estudantes e professores. Isso sempre vai acontecer no nosso curso", completou.

"Se falarmos o que acontece aqui dentro para qualquer pessoa, vai parecer paranoia nossa. A opressão é silenciosa e eles sabem quem escolher. Assim como a Suzane, eles buscam os alunos mais quietos para reprimir. Dessa vez eles se enfureceram, porque ela foi a primeira pessoa que teve coragem de falar algo", conta Clara Pereira, estudante da quarta fase do curso.

Freitas afirma que depois da assembleia o semestre foi terrível e as pessoas começaram a faltar aulas, só frequentavam as práticas. O corpo docente avisou os representantes de turma e os alunos envolvidos que caso não escrevessem e assinassem uma carta de retratação, estariam "sujeitos às sanções disciplinares cabíveis" - isto é, poderiam receber uma advertência no currículo ou, segundo as ameaças, serem processados judicialmente. A partir desse momento, o medo tomou conta dos jovens. Praticamente todos compareceram à coordenação para se retratar. Apenas quatro estudantes recusaram e três deles foram penalizados, incluindo Suzane e José Roberto.

Segundo a vice-coordenadora Jussara Martini, "houve uma discussão no colegiado do curso sobre as medidas legais cabíveis,



Faixas e cartazes foram coladas nos corredores do curso questionando a postura dos professores

apenas isso. Nessa discussão, houve professores que defenderam que déssemos entrada em um processo judicial". No entanto, os docentes tomaram outra decisão: "Foi uma primeira situação deste modo e, por isso, optamos por uma sanção mais leve", completa.

Martini ainda afirma que "a punição aconteceu pela publicação de uma carta que fazia acusações a todo corpo docente do Departamento. Essa publicação poderia até ter tido uma consequência judicial. É necessário que você tenha provas do que está afirmando. O colegiado do Departamento solicitou ao colegiado do Curso que tomasse as medidas disciplinares previstas na Resolução 017/CUn, em relação a condutas que sejam avaliadas como inadequadas, desde responder ao professor até outras situações de indisciplina".

A Resolução decreta que os alunos podem sofrer desde advertência até desligamento da universidade caso cometam ações contra: "I - a integridade física e moral da pessoa; II - o patrimônio ético, científico, cultural, material, inclusive o de informática; III - o exercício das funções pedagógicas, científicas e administrativas".

## Para especialistas, aluna sofreu assédio moral

A violência psicológica é a repetição sistemática de uma prática que ridiculariza, humilha, desqualifica ou isola a vítima, segundo a psicóloga Elisa Ferreira. "A questão é muito sutil, as ações são muito tênues, muito dissimuladas, na maioria das vezes. Clínicamente o assédio e a violência emocional são questões mais complexas em termos de recuperação do ego. Elas tem um

impacto direto na identidade do sujeito".

"A estudante sofreu discriminação pela vestimenta que estava usando. Se ela não estiver nua, que é algo proibido por lei, ela está dentro dos padrões aceitos constitucionalmente. No caso da manifestação seguida de punição, há evidentemente um abuso da força institucional. A universidade pode ter no seu estatuto algumas regras estabelecidas, mas elas não podem ir contra a Constituição Federal. E a liberdade de expressão e manifestação estão previstas e protegidas por lei. Ainda que o assédio moral não seja crime, é possível entrar com um mandato de segurança para a retirada das advertências e em seguida, os alunos podem entrar com uma ação por danos morais" garante o advogado Ramón Koelle.

Para a professora de pedagogia Jocemara Triches, a metodologia ativa não foi aplicada na resolução desse conflito. "Dentro da metodologia ativa essa movimentação dos alunos é o ápice, pois eles tomaram uma posição, organizaram-se e tentaram encontrar uma solução. Nesse caso o que podemos ver é uma inversão de valores, onde os professores realmente se utilizaram de uma relação hierárquica pré-estabelecida".

Sete meses depois do ocorrido, o silêncio volta a ocupar os espaços do departamento, principalmente nas salas de aula. Suzane disse que na época pensou em trocar de curso, inclusive sair da área da saúde. Hoje, com uma advertência gravada no currículo,

afirma estar determinada a terminar a Enfermagem - "é a profissão que quero seguir, é isso o que eu escolhi".

O caso de Suzane foi o primeiro e único do curso a ser denunciado na ouvidoria da UFSC. Arnaldo Podestá Júnior, atual ouvidor da Universidade, disse não saber se a ocorrência já foi encerrada. "Nun-

ca tínhamos tido o conhecimento desses casos, até fiquei assustado quando soube", completou. A ouvidoria apenas faz a intermediação entre as partes. Portanto, não pode interferir. Na ocasião, a denúncia foi encaminhada para a Direção do Centro de Ciências da Saúde (CCS), a qual entrou em contato com os/as acusados/as. Depois que eles se manifestaram, a resposta foi encaminhada novamente para a ouvidoria e posteriormente repassada para a vítima. Segundo Suzane, a única resposta que teve foi um documento que continha a frase: "estamos resolvendo internamente".

\*Todos os nomes de estudantes utilizados nessa reportagem são fictícios para proteger o sigilo pedido pelas fontes.

Anaíra Sarmento  
anairasarmto@gmail.com  
Michele de Mello  
micheledemellom@gmail.com

Já presenciei aluna retirando nome de abaixo assinado por medo de represália de professor  
24 de outubro de 2014 às 14:03 2

A partir de agora, me sentirei culpada por cada aluno discriminado nesse curso. Que pena que eu não fiz parte da geração que deu a cara a tapa pra conquistar um direito que não seria só de uma nem de duas, senão de uma categoria inteira!  
24 de outubro de 2014 às 13:55 10

É realmente só quem passou sabe, fui vítima também pensei em desistir, só chorava não tinha vontade ir para o estágio e se ia tinha dor de barriga e mal estar.  
24 de outubro de 2014 às 14:34 5

No Facebook, ex-alunos relatam casos antigos de conflitos no curso



Arte: Luiz Fernando Menezes/Zero

# Apoio à vítima não é regulamentado no Brasil

Desde 1998, oito projetos de lei que definiam auxílio foram arquivados no Congresso

Augusto\* é aluno da UFSC e foi vítima de um sequestro relâmpago, que começou por volta das 22h num dos estacionamentos da universidade e terminou, após pouco mais de uma hora e a cerca de 20 quilômetros do campus, no bairro Ratoões, no norte da Ilha. De prejuízo material, contabiliza um valor próximo a R\$ 5 mil reais. De sequelas emocionais, as lembranças: “teve uma hora que eu fiquei com a arma na cabeça, o cara engatilhava e desengatilhava”. Ao procurar a delegacia para registrar o ocorrido, diz ter sido tratado com descaso pelo plantonista, que “em vez de ser solícito e ajudar, parecia estar fazendo contra a vontade dele. O mínimo que ele poderia ter feito era abrir a porta prontamente e dizer: ‘senta aqui, o que aconteceu?’”. Sobre a responsabilidade de garantir a segurança no local onde o crime ocorreu, Augusto afirma, que da parte da UFSC, “ninguém me procurou”.

A privação da liberdade é a principal punição definida pela Constituição brasileira aos que cometem crime. Para o caso do sequestro, segundo a lei 11.923/2010, a pena aos responsáveis pode ser de seis a 12 anos de prisão. Mas onde estão e como são tratadas as vítimas desses casos? Para a juíza da 1ª Vara Criminal de Itajaí (SC), Sônia Moroso Terres, a vítima “é só um instrumento de prova no processo. Ela vem [na audiência], presta

o depoimento e vai embora. Não se faz nada com ela”.

O artigo 245 da Constituição Federal de 1988 prevê à vítima de crimes dolosos medidas de ressarcimento garantidas pelo Poder Público. Em termos legais, o crime doloso é definido quando a ação criminosa é intencional. O professor de Direito Penal, Alexandre Morais da Rosa, explica que a ideia proposta na Assembleia Constituinte e ainda não implementada, procura dar um lugar à vítima e quem sofre os efeitos negativos das ações criminalizadas, mediante a recomposição e/ou indenização de valores respectivos. Dessa forma, caberia ao Estado o papel de devolver, não só em dinheiro, mas também com políticas sociais de assistência, os prejuízos causados às vítimas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou, em junho do ano passado, que a população carcerária brasileira era de 711.463 presos. A juíza Sônia Moroso Terres diz que o Estado tenta estimar quantos criminosos existem a partir do número de presos, mas não tem métodos para quantificar o número de vítimas “além de não saber quais sequelas elas têm, onde elas moram, quais as regiões em que elas estão concentradas”. A pesquisa nacional da vitimização, de 2013, realizada com uma amostra da população, ainda estima que cerca de 30% dos crimes nem são notificados à polícia.

Desde 1988, oito projetos de lei para regulamentar o auxílio às vítimas foram arquivados no Congresso Nacional. O mais recente, o



Sônia Moroso Terres propõe debate

UFSC, Leticia Albuquerque, há vários exemplos de políticas que não foram implantadas porque dependem de um investimento e também de vontades políticas, visto que “esse tema fica em segundo plano porque não dá lucro, muito pelo contrário, e acaba não tendo apoio”.

Os gastos do governo para garantir os direitos assegurados por lei aos condenados e seus familiares geram desconfortos na sociedade. A juíza Sônia Moroso Terres afirma que é correto o amparo do Estado no sentido da recuperação dos presos, mas a vítima também precisa ter seus direitos assegurados, uma vez que “não há uma atenção especial, nem emergencial, para elas”. A professora Leticia Albuquerque entende que uma resposta efetiva do Poder Público à vítima faria com que as pessoas se sentissem mais acolhidas e reduziria “o sentimento de que o Estado se preocupa mais com quem comete o crime do que com quem o sofre”.

A diretora de Comunicação da UFSC, Tattiana Teixeira, relata que, muitas vezes, a instituição é a última a ser informada do ocorrido dentro do campus. Há postagens de crimes nas redes sociais e notícias na imprensa local que não constam nos registros oficiais do Departamento de Segurança (Deseg). Lembra que as políticas

sociais são implementadas a partir de dados oficiais, e pouco pode ser feito sem esses números. A professora Leticia Albuquerque aponta ainda a “falta de informação das pessoas com relação aos seus direitos, de saber a quem reivindicar, seja ao legislativo, executivo ou judiciário”, o que justificaria, em parte, o fato de as pessoas não procurarem primeiro os órgãos responsáveis.

A mídia exerce um papel considerado “delicado” para a professora de Criminologia da UFSC, Daniela Félix. Ela explica que a vítima não é confrontada com o réu durante o processo penal, com o intuito de resguardar a sua integridade psicológica. Já a imprensa “explora a imagem e o drama da vítima e a contrapõe ao seu algoz”. Acrescenta que esse comportamento se diz legítimo pela ideia de que assim será alcançada a punição exemplar do criminoso, o que a imprensa alega ser “o interesse do público”.

“Falta na concepção das pessoas o olhar para a vítima”, analisa a juíza Sônia Moroso Terres. A regulamentação do artigo 245 é uma forma de cobrar do Estado a responsabilidade pelas próprias falhas e garantir o acesso aos Direitos Humanos, que “são extremamente positivos, mas tem que abarcar também a vítima – que pagou seu imposto e tem direito à segurança pública”. Na atual conjuntura, cabe à vítima lidar com a falha da segurança pública, a seqüela do crime e os custos de todo esse processo.

\*Nome fictício para preservar a vítima

Djalma Júnior  
j.djalma.jr@gmail.com  
Natália Duane  
nataliaduanesouza@gmail.com

**“Esse tema fica em segundo plano, porque não dá lucro, muito pelo contrário, e acaba sem apoio de políticos”**

## Projeto de iniciativa popular busca garantir direitos

A juíza Sônia Moroso Terres retira de cima das cadeiras do escritório pilhas de pastas de processos criminais para que os repórteres do *Zero* possam sentar. Em cada processo há pelo menos uma vítima que serve somente como instrumento de prova no processo penal, que “presta o depoimento, chora, conta a sua dor e pronto”.

Atualmente, não existe

um parâmetro nacional para o tratamento e a seguridade dos direitos das vítimas e das responsabilidades do Estado. O que existem são medidas esparsas: possibilidade de abertura de ação civil, através de um advogado ou defensor público, para receber indenização do condenado; auxílio de centros especializados em tipos de violência (atendimento para vítimas de violência doméstica, por exemplo); assistência psicológica no sistema de saúde pública, mas sem

um atendimento diferenciado, emergencial. Para a juíza, deve “haver uma regulamentação de lei primeiro, porque senão se perde o norte. A lei vai delimitar isso, e vale para o Brasil inteiro”.

Através do projeto de iniciativa popular *Justiça, Direito de Todos* a juíza tenta chamar a atenção do Congresso Nacional para regulamentar o artigo 245 da Constituição Federal, que dispõe sobre a recomposição de danos pelo Estado às

vítimas de crimes dolosos. Para que a iniciativa seja apreciada no Congresso, é necessária a coleta de, no mínimo, 1,5 milhão de assinaturas (equivalente a um por cento dos eleitores nacionais) somadas em, pelo menos, cinco estados. A justificativa do projeto e a ficha de apoio estão disponíveis no site: [www.justicadireitode todos.com.br](http://www.justicadireitode todos.com.br). Qualquer cidadão com título de eleitor regular pode apoiar ou coletar assinaturas.



# Professores ocupam Alesc para pedir reajustes

Protesto reivindica aumento de 13% no plano de carreira e repudia ação da PM no Paraná

Desde a madrugada do dia 29 de abril, professores da rede estadual ocupam a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Eles garantem que irão permanecer no local até o governo do Estado decidir negociar o reajuste de 13% no salário e o abono às faltas e a não incorporação da gratificação de regência de classe.

Na tarde do dia 30, aproximadamente 100 professores participaram de um ato em frente à Alesc. A manifestação faz parte da Greve Nacional do Magistério convocada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE). No estado, a greve já dura mais de um mês.

Em cima de um trio elétrico, um professor de Itajaí leu o ofício assinado pelos sindicatos regionais de Florianópolis, São José, Tubarão, Laguna, Araranguá e Itajaí em que destacaram que "a postura intransigente do governo requer uma ação contundente, para pressionar a casa legislativa e os representantes do governo a negociar".

O professor de Geografia da Escola Padre Anchieta, no bairro Agrônoma, diz que irá dormir na Alesc. Ele acredita que o governo quer fingir que a greve não está acontecendo. "Mas uma hora eles vão ter que negociar conosco".

O Secretário de Educação, Eduardo Deschamps, já havia ressaltado que, com greve, não haveria negociação. A proposta do governo para o novo plano do magistério, incorpora o bônus da regência de classe ao valor do salário. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC), hoje esse valor é dado como uma um salário adicional e quando há reajuste, este é aplicado sobre a remuneração e a bonificação. O que é uma vantagem para o trabalhador.

Uma exigência que os professores consideram atendida, é a retirada da pauta de votação da Alesc e a revogação da Medida Provisória 198/2015, que previa mudanças na forma de remuneração dos professores temporários da rede estadual de ensino.

A mobilização também declarou apoio aos professores estaduais do Paraná. "O novo elemento que consterna a todos e apenas reforça nossa intenção de permanecer ocupando a Alesc foi o massacre promovido pelo governo do Paraná aos educadores nos dias 28 e 29, ferindo 200 professores e deixando em estado grave oito", dizia o ofício.

A professora do Porto do Rio Ta-



Sinte-SC rejeitou a resposta do governo em que constavam os pontos para a retomada das negociações, como a regência e o abono às faltas



Além dos seguranças da Alesc, três PMs acompanhavam a ocupação

vares, no Sul de Florianópolis, Leila Zanotto, avalia que o que aconteceu em Curitiba foi abuso de autoridade e falta de respeito com os educadores. "Nós estamos lutando por melhorias, e se estamos fazendo isso é porque o governo é negligente ao não investir em uma educação de qualidade. Nós repudiamos a atitude deste governo que não escuta o trabalhador".

Após o ato, os professores seguiram para a Alesc, onde também foram discutidas as condições mínimas para que eles permaneçam no local, como alimentação, higiene e colchões para passar a noite. "Estou aqui para dizer aos seguranças da Alesc e aos policiais militares presentes que nós vamos manter o espaço limpo e que nossa manifestação é por direitos", disse uma professora. Três policiais acompanhavam a ocupação de dentro da assembleia.

Na reunião extraordinária do Comando de Greve da última segunda-feira (4), as lideranças resolveram cancelar por tempo indeterminado a Assembleia Estadual agendada para o

dia seis de maio, em que poderia ser colocado em votação o final da paralisação.

A decisão de suspender a assembleia aconteceu quando os professores em greve tomaram conhecimento do ofício do governo do Estado, que mantém a posição de exigir o fim da

## Governo mantém posição de exigir o fim da greve para a abertura de negociação

greve para a abertura de negociação. O documento foi divulgado pelo governo na segunda-feira (04), em resposta aos pedidos de negociação do Sinte-SC. Desse modo, cerca de 30% dos professores não voltará para sala de aula sem alguma garantia. Até o fechamento desta edição do Zero, 45 professores ocupavam a Alesc. Enquanto governo e sindicato não chegarem a um acordo, a previsão é de que eles permaneçam no local por tempo indeterminado.

Larissa Gaspar  
larissa.gasparcp@gmail.com

# Crimes na UFSC: insegurança é grande no campus mais vigiado do Brasil

Reitoria estuda medidas para tornar ações de combate à violência mais eficazes e ressalta a importância da participação da comunidade na discussão: “não temos uma solução mirabolante”

**A**bri a porta e me senti em uma sala de interrogatórios. Um grande vidro espelhava meu rosto ainda espantado pelo assalto que havia sofrido há pouco. A mesa da recepção escondia diversas cadeiras quebradas, e a sujeira acumulada comprovava que há muito tempo ninguém ficava naquele espaço. Sem atendimento, o que pude fazer foi esperar. Um aviso dizia: “Não bata na porta. Aguarde que você será atendido”. Já a máquina que deveria imprimir senhas informava “não imprime, estragado”. Após mais de 30 minutos, a porta abriu e me chamaram para entrar. O momento em que deveria me sentir seguro e mais calmo não aconteceu diante do agente da Polícia Civil.

A cena descrita acima revela a sensação que se tem ao entrar na 5ª Delegacia de Polícia da Capital, no bairro Trindade. Embora a falta de estrutura física impressione, o susto é maior quando se descobre a deficiência de agentes para atender os cidadãos dos seis bairros. A equipe de quatro policiais plantonistas, três escrivães, três delegados, dois agentes para intimações, dois digitadores e apenas um policial de investigação é responsável por atender cerca de 50 mil cidadãos que moram nos bairros da Trindade, Agronômica, João Paulo, Itacorubi, Córrego Grande e Parque São Jorge. A situação se torna ainda pior ao lembrar que nesta região está localizada a maior universidade do estado, por onde circulam diariamente cerca de 40 mil estudantes.

Morador do bairro Pantanal desde que nasceu, em 1981, Alessandro José Vieira é guarda municipal em Florianópolis e assumiu, em abril deste ano, a presidência do Centro Comunitário



Com falta de efetivos, 5ª DP tem apenas um investigador para resolver os casos

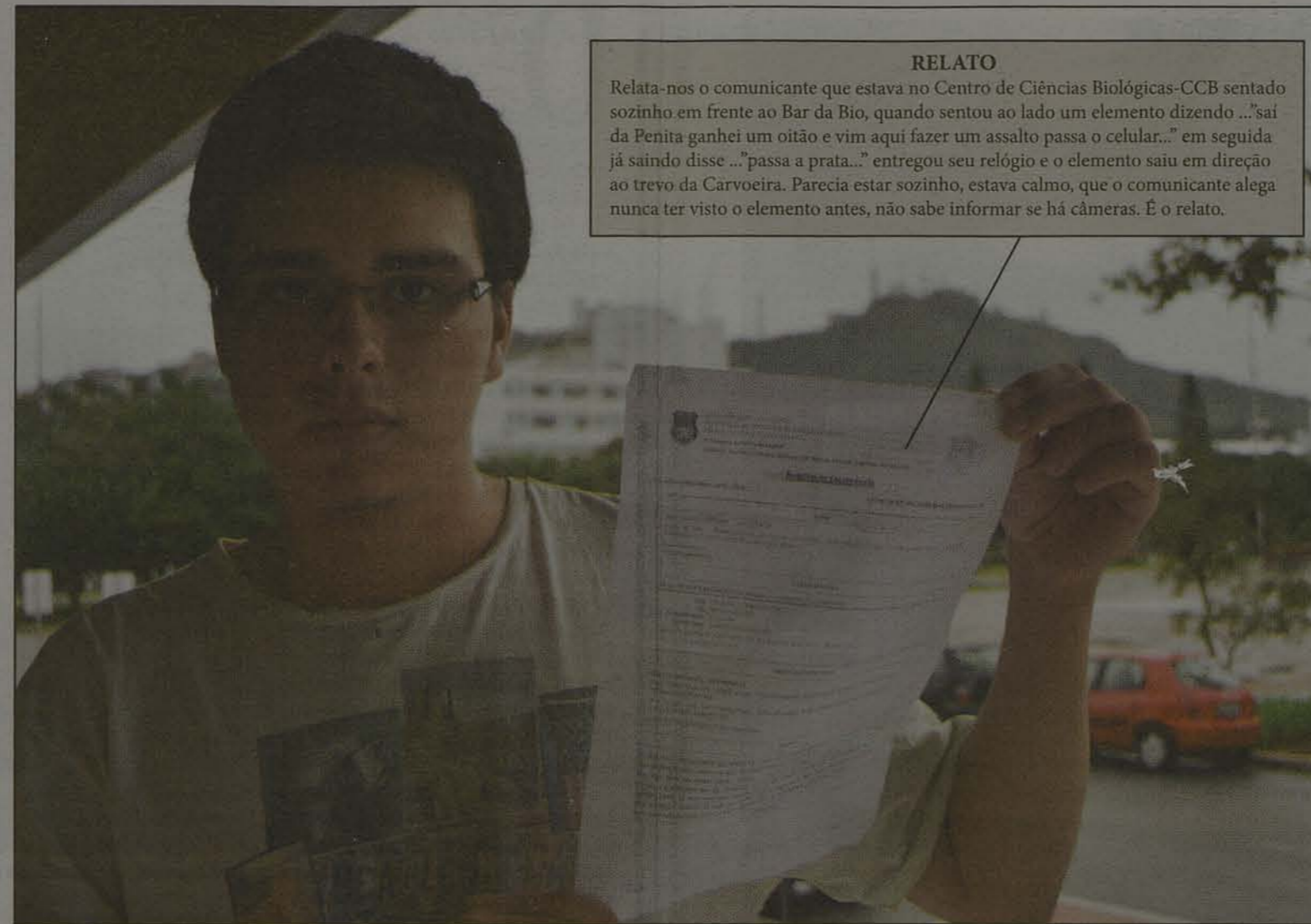
do Pantanal (Cpan). Reconhece que a principal reclamação dos moradores é a insegurança na região, especialmente nos arredores da universidade. “Nosso bairro é tranquilo, não lembro de assaltos nos últimos dois anos. O problema é a área da UFSC, usada pela comunidade como caminho alternativo”. Enquanto o bairro Pantanal concentra cerca de 4.700 moradores, a universidade federal recebe quase

40 mil estudantes por dia, além de professores, servidores e pessoas da comunidade que atravessam a região. As discussões sobre segurança se acentuaram após o episódio do Levante do Bosque, em março de 2014. A UFSC se transformou em verdadeiro campo de guerra, com grande parte dos estudantes se posicionando contra a entrada da polícia no campus. A instituição tem 54 vigilantes, responsáveis pela segurança da comunidade acadêmica, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos, como as regras para festas realizadas dentro da universidade.

No comando da segurança está o vigilante Leandro Luiz de Oliveira. Servidor da universidade desde 1994, foi um dos últimos a serem admitidos por concurso público. Desde então, as contratações têm sido terceirizadas, por meio de segurança privada. Os vigilantes devem ser pessoas habilitadas por escolas de formação, periodicamente revalidadas pelo órgão competente e

contratadas por empresas autorizadas pelo Departamento de Polícia Federal. Recentemente, a equipe recebeu o reforço de 102 porteiros, pedido antigo da universidade, o que deve colaborar para a fiscalização do patrimônio e controle do fluxo de pessoas. Os vigilantes atendem ocorrências, realizam rondas e monitoram o campus por meio de 1.171 câmeras de segurança — número que supera qualquer outra universidade brasileira. Usam spray de pimenta, cacete e taser, uma arma de choque não letal. Porém, isso não tem se refletido em garantia de segurança para quem frequenta a UFSC. A sequência de roubos, sequestros e até tentativas de estupro dentro do campus assusta a comunidade, que cobra medidas mais enérgicas por parte da instituição. O desejo geral de quem frequenta o campus é fazer dele um lugar mais seguro.

O Departamento de Segurança Física e Patrimonial (Deseg) costuma fazer o primeiro atendimento e encaminhar os casos para os órgãos responsáveis. Em um acidente, por exemplo, mesmo que a segurança seja chama-



## RELATO

Relata-nos o comunicante que estava no Centro de Ciências Biológicas-CCB sentado sozinho em frente ao Bar da Bio, quando sentou ao lado um elemento dizendo...“sai da Penita ganhei um oitão e vim aqui fazer um assalto passa o celular...” em seguida já saindo disse...“passa a prata...” entregou seu relógio e o elemento saiu em direção ao trevo da Carvoeira. Parecia estar sozinho, estava calmo, que o comunicante alega nunca ter visto o elemento antes, não sabe informar se há câmeras. É o relato.

Em plena luz do dia, João Krüger teve celular e relógio roubados. Traumatizado, estudante de Biologia busca caminhos seguros por medo de novos assaltos

da, é o SAMU que deve socorrer. “Hoje um aluno se machuca no CCS, local em que só tem pessoas da área da saúde, e pedem socorro para nós. Até brincamos, perguntando se não tem algum médico que possa atendê-lo”, comenta Oliveira. O chefe de gabinete da UFSC, Carlos Vieira, entende que o número de ocorrências envolvendo a instituição se justifica também pela comunidade perceber o Deseg como primeira opção de socorro. “Analisando os boletins de ocorrência, grande parte dos casos não aconteceram dentro da UFSC, mas no entorno. Como a nossa segurança dá suporte, a universidade é mencionada”.

O medo, porém, não é exclusividade dos estudantes. Consciente das restrições legais sobre a atuação da segurança universitária, Leandro de Oliveira teme pela própria vida: “Não vou enfrentar um cara com uma (pistola) 9mm usando uma taser. É como pedir para um professor dar aula sem alunos”. Embora sejam registrados casos críticos, as ocorrências mais frequentes são de furto de bicicletas, crime que rende no máximo 15 dias de prisão, em caso de flagrante. Ele destaca que a colaboração dos estudantes é tão importante quanto a atuação dos seguranças. Em um dos

roubos registrados neste ano, o suspeito foi monitorado durante seis horas pelas câmeras do Deseg. “Passaram no mínimo 150 pessoas ao lado dele, enquanto tentava furtar a bicicleta, e não recebemos nenhum telefonema avisando sobre a ação”.

A reitora Roselane Neckel se reuniu, em março, com agentes das polícias Civil e Militar para discutir a situação da segurança pública dentro da universidade e em seu entorno. Ações de prevenção foram definidas a partir destes encontros, contando especialmente com a participação da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). O comandante do 4º Batalhão da PM de Florianópolis, major Fernando André da Silva, está à frente desse processo. Policiais são deslocados para a região da universidade, com o objetivo de intensificar as ações nas proximidades. Recebem apoio de canil e cavalaria e pediram patrulhamento do trânsito. Ainda não foi possível mensurar os resultados do trabalho da PM, mas o maior alerta para a importância dos registros de boletins de ocorrência. “Ter conhecimento dos fatos nos ajuda a gerar índices mais precisos das ações criminosas e orientar a atuação da PM nos horários e locais mais vulneráveis”.

## Para combater a insegurança

Com as ocorrências registradas desde o início do ano e a pressão da comunidade universitária, algumas ações estão sendo colocadas em prática pela UFSC. Acordos entre a Administração Central e a Polícia Militar aumentaram o número de rondas no entorno da universidade, garantindo em alguns momentos a presença de policiais dentro do campus. Apesar da grande quantidade de câmeras instaladas, alguns locais permanecem sem monitoramento. Novas licitações, já abertas, devem trazer equipamentos de melhor qualidade, inclusive com reconhecimento facial.

Outra aposta da UFSC é o deslocamento do Deseg para o prédio do DAE, próximo à rotula da Trindade, mudança aguardada desde 2006 e que deve garantir maior mobilidade para a equipe. Alguns equipamentos já estão sendo deslocados para a nova estrutura, que deve ficar pronta ainda este mês. Carlos Vieira reforça que a participação da comunidade também é um fator imprescindível neste momento, tendo em vista a baixa presença nos fóruns de segurança que já foram promovidos pela reitoria. “Precisamos discutir para construir — não temos nenhuma solução mirabolante”.

## As únicas armas são as dos bandidos

O ritmo apressado dos passos demonstrava que João Victor Krüger, 18 anos, estava atrasado. Talvez pela aula que já tivesse começado ou pelo ônibus que virava a esquina. Mas o olhar incessante para trás revelava que o sentimento era de insegurança. Aluno do curso de Biologia, jamais imaginou que naquele 12 de março, no início da tarde, seria surpreendido por um homem que dizia estar armado e seria fugitivo da penitenciária. Ordenou que entregasse seus pertences. Assustado, João cedeu o relógio, o celular e o sossego que até então era quebrado apenas pelas provas da faculdade. O bandido, antes intimidado pelas armas dos agentes penitenciários, percebeu que dentro do campus da UFSC a única arma que poderia ameaçar alguém era a dele mesmo.

O estudante virou mais uma estatística do número de casos que acontecem na universidade e em seu entorno — somente no mês de março, foram registrados 14 roubos e 10 furtos na região. A insegurança agora faz parte de sua rotina. Os passos são ligeiros, em caminhos sempre iluminados, mas a sensação é de medo. Para diminuir a

tensão, Krüger defende o armamento dos seguranças universitários, desde que haja treinamento adequado.

O bloqueio que tradicionalmente impede a ação de policiais no interior do campus, deixa livre as práticas cometidas por bandidos. A segurança fica restrita aos membros do Deseg, que saem às ruas munidos apenas de uma taser, arma que dispara uma carga elétrica e atinge o sistema nervoso central do criminoso, fazendo com que toda sua musculatura fique paralisada. O equipamento foi implantado no início de 2011, sendo a UFSC a primeira universidade do Brasil a usar este dispositivo.

Leandro de Oliveira, chefe do Deseg, se sente mais seguro para fazer abordagens e agir contra pequenos delitos, mas ainda se vê impotente e em desvantagem em relação aos criminosos. Sem qualquer outro tipo de proteção, ele e sua equipe de 54 seguranças universitários precisam enfrentar casos mais graves de furtos, assaltos, sequestros e outros tipos de crime. Os coletes balísticos não amortecem a certeza de que nada podem fazer em relação a um criminoso armado. Além disso, sabe-se que não há uso de armas de fogo pe-

los seguranças, assim como também são eles os únicos a fazerem a proteção dentro do campus. A entrada da polícia ocorre apenas em casos extremos, geralmente solicitado pelo próprio Deseg. Com esses fatores, a segurança dentro das cercas que dividem a UFSC de seu entorno é a do próprio bandido.

Em dezembro de 2008, a Guarda Municipal de Florianópolis recebeu armas de fogo. Na época, os 150 agentes passaram por um curso de treinamento com revólver e pistola e, após 450 tiros, estavam aptos ao porte. Alessandro Vieira, guarda municipal há oito anos, passou pelo processo. A principal diferença que percebeu foi o respeito. Até então, o sentimento era de impotência e total desvantagem para abordar suspeitos. “O simples fato de ter uma pistola presa na perna nos deu um respeito que até então não tínhamos”.

Lucas Amarildo  
lucasamarildosouza@gmail.com  
Maicon Rios  
maiconrios@gmail.com

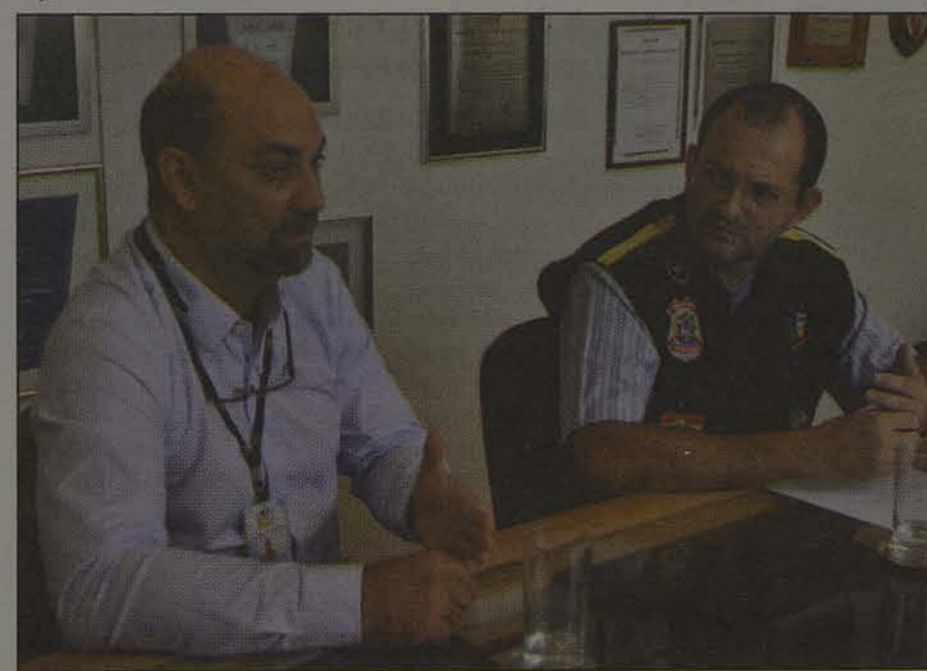
Arte: Diretoria-Geral de Comunicação da UFSC/GR

## Segurança no campus

Projeto elaborado pelo Departamento de Segurança prevê criação de rotas seguras na UFSC



Fonte: Departamento de Segurança da UFSC (Deseg)



Carlos Vieira (esq.) e Leandro Oliveira destacam baixa participação nos debates sobre o tema

# Comprou, chegou? Como funciona

Navegamos pelas profundezas da internet para encontrar substâncias psicotrópicas e verificar

**S**e nossas mães soubessem a que lugares tivemos que ir para conseguir produzir essa matéria, elas estariam, no mínimo, assustadas. Pornografia infantil, assassinatos de aluguel, tráfico de órgãos, vídeos de canibalismo e todos os tipos de hackers e vírus cibernéticos eram o que poderíamos ter encontrado na parte anônima da internet. O que buscávamos não era nada disso (apesar de também ser ilegal). Queríamos entender como funciona a compra de drogas na *deep web*, que vem aumentando nos últimos anos, e como elas chegam aqui em Santa Catarina.

A *deep web* (também chamada de *deep net* ou *undernet*) é todo conteúdo disponível na internet que não pode ser encontrado por ferramentas de busca, como o Google ou Bing. Mesmo que não seja possível ter uma porcentagem precisa, estima-se que essa parte anônima represente de 80 a 95% de toda a rede. Em vez de endereços em protocolo HTTP (no formato *www*), os sites da *deep net* trabalham com o protocolo chamado TCP/IP, que se trata de um único número ao computador ou roteador servidor (o endereço é composto por um código numeral) muito mais difícil de ser rastreado. O lugar perfeito para esconder informações ilegais ou confidenciais.

No entanto, é errado falar que a *undernet* só tem conteúdo perigoso. Além de hospedar diversas bibliotecas de universidades do mundo inteiro, músicas e filmes raros, e dicas de programação extremamente complexas, também garante o total anonimato do usuário. Isso faz com que muitos fóruns, que são os tipos de sites mais frequentes da *deep web*, contenham documentos sigilosos de interesse público. Como foi o caso do Julian Assange, que vazou documentos sobre possíveis crimes de guerra cometido pelos Estados Unidos durante a Guerra do Afeganistão (2001 - 2014). Outro exemplo foi o fórum Anonymous que, no final de 2011, conseguiu colocar cerca de 200 pedófilos na cadeia ao revelar suas identidades.

Depois de acessarmos pelo Tor — programa gratuito de computador que serve como porta de entrada para a *deep web* —, o problema era conseguir encontrar os sites que vendessem drogas, conhecidos como *darkmarkets*. Como o SilkRoad — mercado de drogas mais

famoso — tinha sido fechado no ano passado pela Operação Onymous do FBI, tivemos que apelar para a HiddenWiki, enciclopédia da *deepnet* onde podem ser encontrados os endereços atualizados dos principais sites anônimos, sejam eles de conteúdo ilegal ou não.

Dos mercados negros listados, conseguimos acessar dois: Outlaw Market e Agora. Como só dava para entrar no primeiro com uma chave de segurança, que nós obviamente não tínhamos, sobrou apenas o Agora, segundo maior mercado negro da *deep web* de acordo com as estatísticas da própria HiddenWiki. Muitos dos outros endereços (como o Sheep Marketplace e o Pandora) tinham sido fechados no ano passado, seja pela operação do FBI ou por golpes de hackers que acessam o servidor do *darkmarket* e roubam o dinheiro dos usuários e vendedores.

“É proibida a comercialização de pornografia que contenha pedofilia, armas de destruição em massa, órgãos humanos, venenos, *snuff* [vídeos ou imagens de mortes reais], assassinatos de aluguel ou qualquer meio de acesso a contas que contenham dados privados ou renda alheia. Qualquer anúncio que contenha esse tipo de produto será deletado do site” era o que aparecia nas Regras de Mercado do Agora. Restava escolher a droga mais barata e que tivesse entrega no mundo todo - o que não é tão difícil de se achar, já que são poucos os vendedores que “exportam” apenas para uma região específica.

Na verdade, o plano inicial era pedir algum produto que ainda não fosse caracterizado como psicotrópico — drogas que agem sobre o cérebro humano e causam psiquismo — pela Anvisa, como no caso do promotor Cássio Conserino, que, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, pediu as substâncias 5F-AKB48 e pentedrona, ambas drogas proibidas em vários países mas ainda permitidas aqui, e mandou entregar no Fórum Criminal de Barra Funda (SP) para mostrar como era fácil comprar qualquer coisa no mercado negro da internet. A encomenda chegou pelo Sedex sem nenhum problema, apenas com um aviso de “não contém qualquer substância controlada ou proibida pela Anvisa”.

O problema é que a gente não conseguiu achar nenhuma substância que não fosse proibida aqui no Brasil. A lista da Anvisa, além de



Essa caixa poderia estar cheia de drogas, se não tivéssemos desistido no último minuto



# o comércio de drogas na *deep web*

como elas são vendidas; descobrimos que essa transação não é tão simples quanto parece

bem extensa, também não é de tão fácil compreensão. Pensamos por alguns bons minutos. LSD líquido? Muito difícil de achar. Alguma droga injetável? Muito pesada. O jeito foi apelar para uma das que mais são consumidas no país: a maconha, que, de acordo com pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas, é utilizada com frequência por 3% da população brasileira e outros 7% já experimentaram a substância. “Maconha Big Bang 5g, vinda da África do Sul, vendedor quatro estrelas e meia”. Vai ser esse mesmo, pensamos. O preço era de aproximadamente 0,04 *bitcoins*. Ah, na *deep web* não se compra quase nada com dinheiro vivo. A maioria das transações é realizada com o uso das *bitcoins*.

*Bitcoins* — ou criptomoeda — é a moeda utilizada não só na *undernet*, mas também na internet da superfície. Comprada com dinheiro de verdade, ela só pode ser trocada dentro da rede, seja via computador ou *smartphone*. Como nenhuma instituição financeira controla a criptomoeda, seu preço varia de acordo com a lei da oferta e procura: quanto mais pessoas procuram *bitcoins*, maior será seu valor. Para conseguir unidades dessa moeda, é preciso comprar de outras pessoas que estejam vendendo — já existem mercados especializados nessas transações no mundo inteiro — ou roubá-las por meio de hacks, como já foi citado anteriormente. Mas isso é crime. Só para avisar.

Durante a produção da matéria, a unidade do bitcoin custava R\$736,00. Então, para pagarmos a droga e mais o frete da encomenda a gente teria que desembolsar, pelo menos, uns R\$50,00. Só não vamos falar que desistimos nesse exato momento porque chegamos a abrir uma conta no Mercado Bitcoin brasileiro para tentar realizar a transação. Mas o preço se aliou à insegurança; a equipe do Zero discutiu e pediu para irmos com cautela e verificar toda a questão legal e ética... e a gente, no fim, não comprou. Sorte nossa.

Dizemos “sorte” porque toda encomenda que chega aqui no estado de Santa Catarina passa por uma (ou até mais de uma) unidade de segurança empresarial dos Correios. Lá, alguns pacotes e cartas são escolhidas para amostra-

gem e submetidas a dois testes: o raio-X, que verifica a presença de substâncias suspeitas, e o espectrômetro de massa, que consegue detectar qual o tipo de droga presente dentro da embalagem — já que, por nenhum motivo específico, os Correios podem abrir uma encomenda. Se os dois testes derem positivo para psicotrópicos, o pacote é encaminhado para a Polícia Federal (PF).

Chegando nas mãos dos policiais — mais exatamente na equipe de Repressão a Entorpecentes — é instaurado um inquérito para investigar os responsáveis pelas remessas ilegais: tanto quem mandou a droga quanto quem iria recebê-la. De acordo com o delegado Ildo Rosa, a polícia vem aumentando a fiscalização do tráfico realizado por e-commerce em Florianópolis: os funcionários dos Correios estão sendo treinados, o aparelho de raio-X foi sofisticado e

**“A maconha, que lá é 40 a grama e aqui três pilas, compensa pela qualidade. A de lá é de *coffeshops*, a daqui é uma merda”**

esse tipo de investigação está cada vez mais alto na escala de importância da PF.

Sem contar ainda que o número de drogas pedidas pela internet e apreendidas nos Correios da capital cresceu significativamente: em 2013 foram quatro pacotes, em 2014 foram 20 e em 2015 foram 15 (isso até abril!). “O tráfico de entorpecentes e anabolizantes em Florianópolis vem crescendo de forma preocupante”, diz o delegado. As drogas favoritas dos internautas florianopolitanos são o haxixe, a maconha, o *ecstasy* e o lança-perfume.

Para Rosa, esse comércio vem aumentando por causa da globalização e pela comodidade e falsa facilidade que a internet proporciona: “o usuário pode comprar produtos com mais qualidade e menor preço. O problema é que eles

acham que não serão pegos. Não sabem nada da atual legislação brasileira”. O tráfico de drogas, anabolizantes e até remédios que não possuem aprovação da Anvisa é crime previsto no artigo 33 da Lei 11343/2006, sendo possível pegar de cinco a 15 anos de reclusão.

Desistir de comprar a droga, entretanto, não fez com que saíssemos da *deep web* logo de cara. A curiosidade falou mais alto e saímos à procura de toda coisa estranha que pudéssemos encontrar à venda no Agora. E, olha, não foi pouca coisa: um taser (arma de choque) em formato de iPhone (R\$120,00), uma lista com um milhão de e-mails canadenses para mandar spam (R\$10,26) e 500 *likes* no Facebook (R\$105,46, o que dá vinte centavos por cada curtida). Mas, para nós, o melhor anúncio foi o do cara que prometia uma assinatura vitalícia do Netflix por R\$21,06. É, dá para ver que as pessoas precisam ter um mínimo de malícia, e às vezes sorte, antes de saírem comprando coisas no lado negro da internet.

Existem pessoas que gostam de abusar da sorte. Divino Hess\*, de Joinville, já pediu LSD duas vezes pela *undernet* desde 2013. Nas duas vezes, mandou entregar na casa de um amigo sob um nome falso, e a droga — que vinha em pequenas quantidades — chegou por carta mesmo. “É bem melhor comprar pela *deep web*. Melhor em questão de qualidade, variedade e preço. Enquanto o quadrado de Nbome [droga psicodélica que geralmente é vendida como se fosse LSD] custa 50 centavos lá, aqui nós pagamos 20 reais. Já a maconha, que lá é 40 a grama e aqui é três pilas, compensa pela qualidade. A de lá é de *coffeshops*, a daqui é literalmente uma merda”.

Nem todos entregam o que prometem nos anúncios: muitos deles cobram preços abusivos, alguns chegam a receber a quantia em *bitcoins* e não entregar o produto e, no pior dos casos, o cara do outro lado pode até ser um hacker esperando para colocar as mãos na sua carteira eletrônica. Nós apostamos que quem fizer esse tipo de transação não vai pensar em reclamar para a polícia... e na *deep net*, meu amigo, não há Procon que

resolva.

De acordo com Hess, tudo se baseia na avaliação do vendedor: “qualquer qualificação negativa pode prejudicá-lo, então eles são obrigados a fazer tudo corretamente”. Um anunciante que cumpre com o esperado e entrega as drogas nos conformes sempre recebe pontos positivos (sim, tipo um curtir do Facebook) e bons comentários. Existem até comerciantes que mandam amostras grátis como brinde.

Apesar das facilidades, o jovem não pensa mais em comprar pela *deep web*. Com o fechamento do Silk Road, muitos vendedores (que são anônimos até para seus clientes) não possuem reputação consolidada para garantir a confiança dos clientes. “Além disso, estão abrindo investigações contra alguns comerciantes do mercado negro, o que pode levar à interceptação da sua encomenda, o que provavelmente gerará um B.O. se a quantidade for pequena ou uma acusação de compra de drogas com intuito de venda se for grande”, explica Hess.

Na boa, agora vimos que a ideia de comprar maconha só para ver se chegava não era tão inteligente assim.

\*Nome fictício para preservar a identidade da fonte

Luiz Fernando Menezes  
luizfernandonmenezes@gmail.com  
Tiago Ghizoni  
tiagosghizoni@gmail.com



# Intimidade e sexo expostos na internet por vingança

54% dos jovens espalham as imagens que recebem

A dupla sertaneja Max e Mariano lançou no Facebook o clipe de uma música com o verso "Eu vou jogar na internet, nem que você me processe", ignorando que o compartilhamento de imagens não autorizadas na rede é crime e foi motivo do suicídio de pelo menos duas adolescentes - em 2013, Júlia, de 17 anos, e Giana, de 16. No vídeo, um ator grava cenas de sexo sem o consentimento da namorada, e ameaça divulgar o conteúdo nas redes sociais. Os músicos alegaram, em nota, que não tinham intuito de incentivar a prática, mas "relatar um momento vivido nos dias de hoje pela sociedade". De assunto banal, o vídeo se tornou um fiasco.

Os celulares e tablets com câmera tornaram-se extensões do próprio corpo, presentes em todas as horas e isso explica porque a troca de imagens íntimas pela internet é cada vez mais comum, segundo a psicóloga Lígia Baruch. Uma pesquisa da McAfee, empresa estadunidense de tecnologia em segurança, apontou que 66% das mulheres e 57% dos homens já enviaram imagens íntimas para alguém. O problema é que elas não param no destinatário original: 54% dos jovens entre 18 e 24 anos compartilham alguma parte do conteúdo que recebem. Apesar de a prática ter frequência parecida entre homens e mulheres, elas são a maioria das vítimas: 81% dos casos registrados pela Safernet em 2014 foram de mulheres expostas nas redes. E 25% eram menores de idade.

Em 2005, Fernanda\* tinha 14 anos e estava na oitava série. Namorava há 6 meses um garoto que estudava em outra escola e era dois anos mais velho. Namoro adolescente, sem frequentar a casa e nem conhecer a família um do outro.

Durante o relacionamento o garoto tentou convencer Fernanda a lhe enviar fotos nuas. "Ele comentou que duas ex-namoradas dele já tinham enviado e acabou me mostrando (...) Me fazia ciúme e eu, insegura em relação ao meu corpo porque era muito magrela, ficava me sentindo mal porque não tinha peito grande e curvas como aquelas meninas".

A insegurança foi o principal motivo pelo qual Fernanda atendeu aos pedidos do namorado. Enviou fotos sem esconder o rosto e, no início, ficou feliz com todos os elogios que recebeu do parceiro. Pensava que a privacidade estava garantida. Baruch explica que

estamos tão conectados o tempo todo e por isso "é mais fácil gravar cenas íntimas e esquecer-se que ela pode ser compartilhada muito facilmente com um universo enorme de pessoas desconhecidas".

As fotos de Fernanda rodaram pelos e-mails e comunidades do Orkut das pessoas da cidade, até chegar na família. "Ver minha mãe e irmã chorando quando ficaram sabendo foi a pior coisa. Nunca vou esquecer a decepção que vi nos olhos delas. Como ela pode fazer isso com a gente?, minha mãe perguntava em voz alta." A relação de Fernanda com os pais era muito fechada e o único apoio veio das amigas. Baruch ressalta que as vítimas de abuso ou violação da intimidade geralmente se sentem culpadas e precisam de tratamentos individuais para voltarem ao convívio social.

O vazamento de imagens íntimas nas redes não afeta apenas aspectos práticos da vida da vítima, como mudança de emprego, escola ou cidade. Uma exposição desta magnitude via internet pode ser entendida como abuso sexual e violação da intimidade da pessoa, segundo a psicóloga. E como todo abuso, as chances de traumas serem desenvolvidos são grandes. Fernanda sentiu isso na pele. Ela mudou de estado seis meses depois do ocorrido para fazer faculdade longe de casa, e demorou a retomar a confiança em relacionamentos amorosos. Também tentou um tratamento com psicóloga, mas sentiu que aquilo não a ajudava. "Isso [o tratamento] durou mais ou menos uns dois meses até que eu percebi como aquilo era inútil e acabei não procurando mais ajuda. Sinceramente, não sei ao certo o que me ajudou a superar isso. Não sei se superei. A minha válvula de escape foi estudar e ler."

O sexo é parte da vida, que é cada vez mais registrada pelas câmeras e compartilhada na internet. Então por que a sociedade ainda não consegue lidar quando as duas coisas se juntam? "A sociedade avançou muito rapidamente em termos tecnológicos, mas não tanto em termos subjetivos e morais. As mudanças subjetivas e sociais são muito mais lentas do que as mudanças nas tecnologias. Há um descompasso", explica Baruch.

Depois de terminar o relacionamento, F.M. nunca mais entrou em contato com o ex-namorado que vazou suas fotos. Dez anos mais tarde, ela ainda evita estar em lugares que ele frequenta e confessa que até sentir o cheiro do perfume dele em outra pessoa é o suficiente pra estragar o dia. "Ainda tenho muito ódio guardado e sei que violência física não resolve nada, mas de vez em quando eu penso que uma surra seria a única maneira dele sofrer pelo menos em intensidade o mesmo que sofri naqueles anos."

## O mercado do Revenge Porn

Fotos e vídeos que caem na rede também abastecem o mercado da pornografia online. Segundo dados de 2014 compilados pela revista americana *The Week*, 76,2 milhões de endereços da internet são pornográficos, o equivalente a 12% do total. No Brasil, o destino de muitas nudes são sites como "Caiu na Net" (categoria "perdeu o celular" inclusa), "Vagabundas do Orkut" e "Novinhas do Whatsapp". Os títulos das fotos e vídeos frequen-

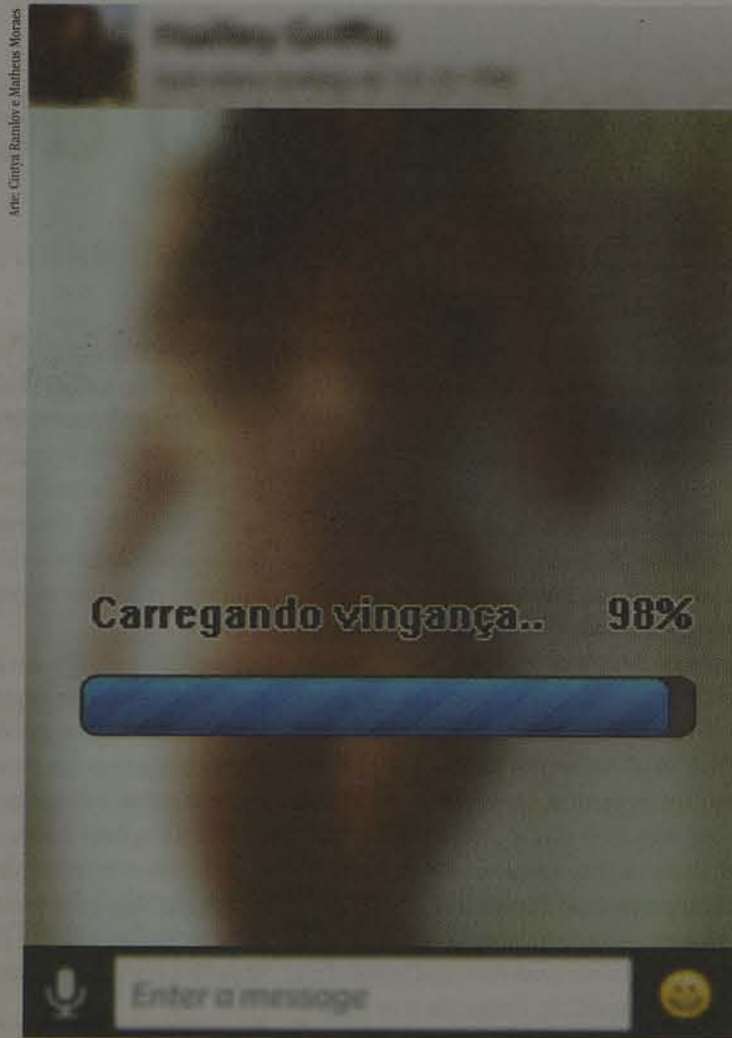
temente entregam nome, sobrenome, cidade e até a profissão das vítimas, como a "Está-giaria da Caixa Natália" ou a "Fran de Goiás".

Cícero Ticiano

tem 24 anos e trabalha há cinco com sites pornô. Há um ano, administra o "Novinhas do Whatsapp". O site com 100 mil acessos diários é seu trabalho. "Todos os dias acordo às 6 da manhã e começo a visitar outros sites menos acessados, mas com um bom conteúdo, para garimpar". Com o lucro dos anúncios de páginas de *cam girls* e aumento peniano, Cícero garante ter renda "maior do que um professor no Brasil". Para ele, boa parte do público é "meio doente. Eles vêm atrás de pornografia ilegal". Diz também que costuma retirar as fotos e vídeos do site quando lhe é pedido, o que acontece com frequência. Sobre *revenge porn*, conta que "até que parou agora [o recebimento de *revenge porn*], mas antes era todos os dias! Vídeos de todos os tipos."

\*Nome fictício

Cintya Ramlov  
cintyaramlov@gmail.com  
Marina Juliana Gonçalves  
marinajulianag@gmail.com



Jovens usam aplicativos como o WhatsApp para disseminar vingança

## Aplicação das leis é frágil na web

Ainda não existe lei específica contra o pornô de vingança no Brasil, mas o compartilhamento de imagens sem autorização pode ser enquadrado como difamação (art. 139 do Código Penal) e injúria (art.140). Se a vítima for menor de idade, também vale o art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA).

O Reino Unido e 20 estados dos EUA já aprovaram legislação específica sobre o pornô de vingança. Nos EUA existem ONGs e escritórios de advocacia especializados nesse tipo de crime. No Brasil, o Senador Romário (PSB-RJ) apresentou em 2013 o Projeto de Lei 6630-2013, que prevê detenção de até três anos para quem divulgar conteúdo íntimo de outras pessoas na rede. O projeto determina que o criminoso indenize a vítima de *revenge porn* por todas as suas despesas com mudança de domicílio, cidade ou instituição de ensino, tratamentos psicológicos e médicos e perda de emprego. O PL aguarda parecer da Comissão de Seguridade Social e Família.

Para o advogado especialista em Direito Digital e Segurança da Informação Leonardo Pacheco, o Projeto de Romário é redundante se comparado à legislação atual. "O código civil já determina que todo aquele que causar dano a outro, ainda que moral, é obrigado a reparar (...) Isto já está previsto no código civil e é aplicado diariamente em nossos tribunais."

O advogado explica que a falta de provas de boa qualidade é o maior empecilho nas investigações desse tipo de crime, que devem ser apresen-

tadas à Polícia Civil. Apenas cópias das páginas não bastam, é necessário guardar a URL do site em que as imagens foram hospedadas para que o responsável seja rastreado. Pacheco também reclama da "demasiada má vontade dos provedores de aplicação (Google, Facebook e outros) que agem mais para proteger os criminosos do que amparar as vítimas".

O Marco Civil da Internet, aprovado no ano passado, pode ajudar na apuração desses crimes, pois facilita a recuperação de dados cadastrais e a punição dos portais que hospedam o conteúdo ilegal. "A possibilidade de fixação de multas ou até mesmo a suspensão do serviço é a maior vitória contra os provedores de aplicação que se negam a cumprir decisões judiciais", explica o advogado especialista em Direito Digital e Segurança da Informação, José Vitor Lopes.

No início de abril, o governo federal lançou a página Humaniza Redes para publicar conteúdo contra discursos de ódio, difamação e discriminação online. O Humaniza tem parceria com a Polícia Civil e a ouvidoria da ONG Safernet, que atendeu 224 envolvendo sexting e/ou revenge porn em 2014. A ouvidoria da Safernet oferece às vítimas atendimento psicológico e orientação nos procedimentos de denúncia e registro da ocorrência.

**Denúncia online.**  
Helpline da ONG Safernet  
new.safernet.org.br/denuncie  
**Humaniza Redes**  
humanizaredes.gov.br

Redes sociais

# Quando a vida digital continua após a morte

Homenagens póstumas fazem parte do ritual de despedida e são formas de superar o luto

Que Deus conforte toda sua família Camilla, que você se torne uma estrela que brilha e que irradie a vida daqueles que um dia você conheceu! Descanse em paz amiga! Fique bem!". Esse foi o recado que o estudante Eduardo Moura deixou na página do Facebook de Camilla Bruns, assim que soube do falecimento da amiga em um acidente de carro no último mês. Camilla jamais irá ler o recadinho direcionado a ela, mas essa foi a forma que ele e outras 90 pessoas encontraram de expressar os seus sentimentos diante da perda. "Foi meio que impulsivo, automático. Eu recebi a notícia, tinha acabado de acordar, e foi a forma de expressar o que eu sentia, não apenas como apoio à família, ainda mais como amigo mesmo", conta Eduardo.

Manifestar o luto pelas redes sociais já se tornou uma forma de expressão quase comum, apesar de muitas vezes ainda soar meio mórbida a tentativa de comunicação com quem não está mais aqui para ler. A psicóloga do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática da PUC-SP, Ana Luiza Mano, explica que isso acontece por ser mais fácil do

que ir até o cemitério - principalmente para quem está longe - e pela necessidade do ritual de despedida diante da morte. "Você entra no perfil e vê outras pessoas falando que estão passando pela mesma situação.

Expressando o que sentem, desejando que a pessoa vá para o céu, vá com Deus. É uma forma de superar e se curar mais rápido".

A psicóloga também explica que as postagens são motivadas tanto por uma vontade de apoiar a família, quanto por manifestar o próprio sentimento. Assim, o perfil da pessoa acaba se tornando um espaço de memórias, um lugar com lembranças da vida, despedidas e homenagens. "Eu quero manter a página ativa porque parece que, com o Facebook dela estando lá, é como se ela ainda estivesse aqui, mas eu sei que não é bom ficar alimentando essa fantasia. Eu não fico olhando muito, me faz mal, mas dá pra ver que ela era muito amada por todos", conta Rafaella Hara, irmã de Camilla Bruns. Ela possui a senha, mas decidiu manter o perfil online.

É comum os familiares e pessoas próximas não conseguirem olhar as



Manifestações de luto nas páginas de pessoas que faleceram são motivadas por vontade de apoiar a família e desabafar o próprio sentimento

homenagens em um primeiro momento, mas mesmo assim gostarem de guardar a lembrança, como explica a psicóloga: "É como se fosse um álbum de fotos em papel, que você deixa guardado em um lugar para quando estiver preparado, poder olhar. Não é uma questão de não aceitar a morte... Claro que existem casos complicados de luto, mas em sua maioria não se trata de um processo de negação do acontecido".

Manter o contato e o laço afetivo através das redes também foi a solução encontrada pela estudante Mayara Mendes, para conviver e superar a perda de seu melhor amigo, em 2012. Hoje, três anos depois, ela ainda posta na página de Caio Donatto quando sente saudades. "Eu escrevia todos os dias. Diminuí quando comecei a aceitar melhor. Mas existem coisas que eu

**O perfil da pessoa se torna um espaço de memórias, com lembranças da vida, despedidas e homenagens**

só queria compartilhar com ele, pois são coisas nossas, então eu coloco lá. Eu sei que ele não vai ler nada, é claro que eu sei, mas é para nos manter ligados e registrar memórias que eu queria que ele estivesse vivendo. E a família dele sempre lê tudo que escrevo, é uma forma de também me manter ligada a eles. Eu sinto ele comigo e acredito que ele nunca me abandonou de verdade".

No entanto, a escolha por manter essas memórias digitais não é unanimidade. Quando Geraldo Filho, de 19 anos, faleceu em um acidente de carro, sua página do Facebook logo começou a lotar com recados de conhecidos. A família ainda estava em estado de choque, e não se sentiu bem lendo aquelas publicações, como conta Laís Coslop, amiga da família. "A irmã dele estava muito incomodada com aquilo, porque magoa demais olhar as mensagens e reviver a dor, então ela pediu a minha ajuda. Mandamos e-mail para o suporte do Facebook e do Instagram, tivemos que enviar um atestado de óbito, e eles deletaram as contas. Foi bem rápido".

Hoje, no Brasil, essa é a única maneira de encerrar e tirar do ar uma conta do Facebook caso ninguém tenha a senha da pessoa. Outra opção é pedir para que a página se torne um memorial, respondendo um formulário e provando o falecimento através de um link da internet, que pode ser do atestado de óbito ou até de algum site de notícias. Depois de aprovada a solicitação, a conta passa a ter o título "Em memória de" ao lado da foto

do perfil. A página então deixa de ser visualizada em modo público; fotos e publicações antigas são mantidas, e, dependendo das configurações de privacidade pré-selecionadas, os amigos podem fazer publicações na linha do tempo.

Beatriz Santini  
beatrizfsantini@gmail.com  
Gabriela De Toni  
detonigabriela@gmail.com

## Novo recurso permite que perfil se torne memorial

No começo desse ano, o Facebook divulgou uma nova ferramenta que permite que o usuário escolha, em vida, outro usuário para "herdar" o seu perfil caso algo aconteça com ele. Por enquanto, esse sistema de herança só está funcionando nas contas dos EUA, mas a ideia é que o sistema se expanda para todos os países.

A direção da rede social explicou em nota oficial: "Antes, quando alguém morria, nós oferecíamos uma conta-memorial básica, que era possível ser visualizada, mas não acessada. No entanto nos

percebemos que era preciso fazer mais por quem está passando pela situação de perda e por quem quer escolher o que fazer com a sua conta depois da sua morte.

Com o novo recurso, o perfil do usuário também se torna um memorial. A diferença é que fica sob responsabilidade do herdeiro aceitar as novas solicitações de amizade, aprovar marcação em fotos, mudar foto de perfil e capa, baixar as fotos e o poder de deletar a conta se quiser. Para resguardar a privacidade do falecido, as mensagens inbox ficam bloqueadas e não podem ser acessadas pelo herdeiro da conta.



# Festas universitárias rendem pequena fortuna

O investimento total das empresas terceirizadas pode chegar a R\$200 mil em um único evento

**S**e antes as festas universitárias começavam como uma pequena confraternização entre alunos de um curso, hoje elas são programadas com um poder de mercado muito grande. A realidade de poucos eventos ficou pra trás e o entretenimento com festas na UFSC se transformou em um negócio com maior abrangência e valores exorbitantes de investimento e lucro. Os números de festas e de estudantes assíduos só tem aumentado desde o crescimento desse mercado, mesmo com a inflação do preço das festas. Sem dúvida, os estudantes universitários são bombardeados com atrações de todos os gêneros e bebidas para todos os gostos.

Desde a proibição de festas no campus David Ferreira Lima em 2011, o mercado de entretenimento estudantil decolou. Hoje, o primeiro semestre de 2015 possui 14 festas programadas - praticamente uma em cada semana - disputando o dinheiro no bolso dos estudantes. Apenas em maio deste ano, cinco festas organizadas por cursos da UFSC marcarão presença no calendário dos alunos. Se um estudante for em todas elas, comprando o segundo lote do ingresso, o preço médio a ser pago chega a R\$ 190 para o homem. Se uma universitária resolver aproveitar, esse preço é de R\$ 145. Isso sem contar o valor do transporte para os locais, que custam em média R\$ 5 por trajeto e adicionariam mais R\$ 50 na conta total dos alunos.

Apesar de serem festas de cursos da UFSC para seus estudantes, nem sempre são eles os responsáveis por 100% da organização e do lucro. A parceria entre a empresa PH Eventos e os cursos da UFSC surgiu em 2013 na festa "Pato Loko", da Odontologia. Dois anos depois, seis das 15 festas do semestre contam com a participação da PHE - a própria Pato Loko, Internação (Relações Internacionais), Injeção Eletrônica (Odontologia e Engenharia Elétrica), Tarja Preta (Farmácia), Peqado (Engenharia Química e de Alimentos) e Apocalipse (Administração, Fonoaudiologia e Química) "Querendo ou não, a gente deu um pouquinho mais de carinho e atenção para esse núcleo", explica Philippe Duarte, sócio-diretor da PHE. Ele salientou ainda que nos polos universitários em que essas festas são mais comuns - interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais - sempre existem empresas participando da organização.

Mas, além das festas universitárias organizadas por agências como a PHE, há também as festas que optam por manter a comissão organizadora composta exclusivamente por alunos

do curso, como a Insanitária (Engenharia Sanitária e Ambiental), Tourada Mecânica (Engenharia Mecânica), Betonada da Civil (Engenharia Civil) e o Trote Integrado do CTC, cerimônia de recepção aos calouros dos cursos do Centro Tecnológico.

Contrariando a lógica dos eventos organizados por empresas, o Trote Integrado do CTC continua sendo feito na UFSC semestralmente em frente à reitoria. O Trote Integrado é dividido em duas partes: nas primeiras três horas são feitas as gincanas e brincadeiras com os calouros dos cursos do CTC, e, na segunda parte, a festa com bandas e open bar de cerveja. Além do dia da festa e das gincanas, o Trote Integrado promove ações sociais entre os estudantes, como doação de sangue, alimentos e roupas.

Entretanto, o Trote Integrado do CTC não representa a realidade das festas universitárias. Após a proibição das festas na UFSC em 2011, os eventos se abrigaram em locais privados e afastados da universidade. De 2 mil a 5 mil pessoas, as festas atingem um número maior de estudantes do que os tradicionais - e ilegais - happy hours realizados dentro do campus. "Eu acho certo essa proibição a partir do

**"A gente deu um pouquinho mais de carinho e atenção para esse núcleo"**

ponto de que muitas vezes os estudantes não cumpriam com requisitos básicos de segurança e da parte legal de organizar o evento. Não é só tu chegar e botar uma termica com cerveja e vender. E aí já rolou diversas mortes na UFSC, assaltos, roubos escancarados. Isso tudo é o reflexo de um evento universitário clandestino, entendeu? Por isso eu acredito que nessa proibição só tem coisa boa", afirma Philippe Duarte.

Mas, claro, elitizar as festas da UFSC tem um preço: levando em consideração a conta feita no começo dessa matéria, um estudante homem da UFSC pode chegar a gastar, em um único mês, metade do valor de uma bolsa-estágio oferecida pela universidade, apenas em festas universitárias. Há alguns anos, quando a maioria das novas festas foi criada, o preço inicial do ingresso era, em média, Dez reais mais barato. Desde então, não somente o preço das festas aumentou, mas também o do transporte e o dos copos personalizados do evento vendidos aos clientes. Mas a inflação dos



A divisão do lucro entre alunos e empresa organizadora depende de acerto e pode variar entre 25% e 75%



Fila para comprar ingresso da Tourada Mecânica vai do CETEC à Reitoria

preços não está relacionada apenas com a lucratividade das festas, segundo Duarte. "É impossível, é completamente inviável hoje a gente manter um evento universitário da forma que a gente oferece pros clientes com ingresso a R\$ 25, R\$ 30 reais. Se fosse lote único, impossível. Hoje tu sai pra almoçar num restaurante tu gasta 20, 25 reais. Como tu quer ouvir música de qualidade, beber à vontade durante a festa inteira e se divertir com segurança dentro de todas as legalidades sem gastar?"

É inegável que o número de frequentadores às festas cresceu: na pri-

meira edição da Injeção Eletrônica, em abril de 2014, a festa registrou 2.600 pessoas. No segundo semestre, foram 4 mil. Na última edição da Tarja Preta, o público total chegou a quase 5 mil pessoas. Números altos que indicam que os valores de investimento e lucro são mais altos ainda.

O custo varia e muitas vezes o investimento inicial é da empresa: pode ir de R\$ 2 mil a R\$ 40 mil, como é o caso da Injeção Eletrônica. Tem evento que custa mais de 200 mil reais e muitas contas são pagas com as vendas de ingresso. Já o lucro depende do acordo entre o curso e as empresas. A

porcentagem de lucro do curso pode variar entre 25% e 75% do dinheiro arrecadado.

No caso das festas organizadas exclusivamente pelos alunos, a responsabilidade financeira é exclusivamente deles. Segundo Thiago Ferreira da Silva, aluno da Engenharia Sanitária e Ambiental que já participou diversas vezes da organização da Insanitária, este é o grande ponto para não optar por participação terceirizada. Para ele, o aprendizado e a experiência adquirida pelos estudantes no processo de organização é fundamental para o crescimento pessoal dos envolvidos. Além disso, Thiago exalta o ganho integral do lucro da festa para o curso: "Um dos principais pontos positivos de organizar uma festa sem a presença de uma empresa por trás é que, além do aprendizado que você adquire, o retorno financeiro é todo voltado pro curso. E esse retorno financeiro vai ajudar na formação acadêmica dos estudantes com atividades extracurriculares, na formação de campeonatos, semanas acadêmicas, tudo isso."

O estudante ainda acredita que a febre de festas não vai durar muito tempo. Com tantos eventos, o público torna-se mais seletivo e exigente. "Quanto tempo você acha que vão durar essas festas da UFSC? Antes era diferente. Hoje o cara não vai em 19 festas, vai escolher as festas que quer ir. E com isso vai reduzir o número de festas, porque elas vão acabar dando mais prejuízo".

Leonardo Lorenzoni  
leo.s.lorenzoni@gmail.com  
Nicolas Quadro  
nquadro@yahoo.com.br

Papo de bar

# Pede uma aí e vamos falar sério sobre álcool

Imaturidade e ambiente da UFSC estimulam o consumo abusivo de bebidas entre os jovens

**N**ós bebemos muito. Nós jovens, de 18 a 29 anos, representamos 22% da população, e somos responsáveis por 40% de todo o álcool consumido no país por ano. Nós, repórteres dessa matéria, provavelmente como você, bebemos. Quando saímos para festas, quando vamos a bares com amigos e até mesmo entre uma pausa e outra no fechamento deste jornal, tomamos algumas cervejas. Seria hipocrisia de nossa parte demonizar um hábito tão naturalizado entre os universitários. Nós gostamos de bebidas alcoólicas, de socializar bebendo uma, de ficar bêbados. Não negamos. Mas concluímos que é importante criar uma reflexão sobre o assunto, para uma compreensão sobre os efeitos deste costume, sejam eles benéficos ou prejudiciais.

A entrada na universidade inaugura um período de tolerância com o uso do álcool. É como se recebêssemos um 'passe livre'. Já somos grandinhos, na visão da sociedade, e independentes, na nossa visão. E isso se reflete na relação íntima com a bebida.

Conversamos com o médico psiquiatra Marco Aurélio Lopes e percebemos como universitários ainda têm resquícios da imaturidade. "A gente vê que o universitário está em uma fase final da adolescência em que ele tem uma abertura, uma curiosidade muito grande de conhecer o mundo e uma baixíssima avaliação das consequências". A justificativa de "beber para ser aceito no grupo" surge na adolescência, mas não deixa de ser usada na vida adulta. E talvez seja uma estratégia eficaz.

Mas o fato é que nós extrapolamos muito. Especialistas chamam isso de *Binge Drinking*. Ingerir grandes quantidades de álcool em um curto espaço de tempo. O 1º Levantamento sobre o Uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas entre os Universitários, divulgado em 2010 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, mostrou que um em cada quatro alunos do ensino superior bebe de forma nociva.



Felipe\* é estudante de Engenharia de Materiais da

UFSC. No longínquo primeiro semestre letivo de 2006, após passar o dia recolhendo lixo na praia da Galheta, atividade do trote politicamente correto do curso, veteranos e calouros foram festejar no finado Bar do Pida, na praça Santos Dummont. Os calouros foram apresentados ao Mergulhão, prática que consiste em passar um limão em açúcar e canela, chupá-lo e depois virar uma xícara de aguardente.

Felipe, calouro que tinha 17 anos na época, superou o recorde de 21 guidas. Lembra que foi até o u 18°, sendo que o último foi com água no lugar de cachaca. Desmaiou.

Seus pais buscaram o médico depois de tomar glicose

no HU. No dia seguinte, acordou com dificuldade para mover o braço direito. Foi ao médico: havia sofrido uma lesão chamada de *Saturday Night Palsy* (Paralisia de sábado à noite, traduzindo livremente). Quando estava bêbado e desacordado, ficou numa posição em que o nervo ulnar era pressionado. Teve de fazer fisioterapia e o braço só voltou ao normal um mês depois. Ele está em seu último ano de faculdade. Não parou de beber em nenhum momento da graduação. Nunca nega um bar com os amigos, mas alivia na cerveja e vai pra casa mais cedo quando precisa acordar para trabalhar.

De acordo com uma pesquisa da Universidade de Harvard, nos EUA, feita com 17,5 mil estudantes de 140 campi estadunidenses, metade dos universitários bebe exageradamente por diversão. Esses jovens são sete vezes mais propensos a fazer sexo sem proteção, dez vezes mais inclinados a dirigir bêbados e têm 11 vezes mais chances de abandonar um trabalho ou curso do que os demais. E claro, de se machucar ou de machucarem outra pessoa.

Foi o caso do estudante de engenharia elétrica na Unesp de Bauri, Humberto Moura Fonseca, de 23 anos. Humberto morreu de tanto beber. Ele bebeu 30 doses de vodka - aproximadamente 1 litro e meio de álcool puro. Infelizmente, o caso em Bauri não é isolado. Dados levantados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostram que, a cada 36 horas, um jovem brasileiro morre de intoxicação aguda por álcool ou de outra complicação decorrente do consumo exagerado de bebida alcoólica. Segundo o Ministério da Saúde, foram registrados, em 2012, 242 mortes na faixa etária dos 20 aos 29 anos causados por "transtornos por causa do uso de álcool". Mas o número de mortes associadas ao álcool deve ser ainda maior se computadas as causas secundárias, como doenças provocadas pelo consumo por um longo período de tempo ou violência e acidentes associados à ingestão da bebida.

"A questão não é 'beber' ou 'não beber', não é preciso ver as coisas de uma forma dicotômica. De alguma maneira deve existir uma orientação aos alunos e a toda população que, se for fazer uso de bebida, que se procure fazer uso dentro de um padrão de menor risco" afirma Marcos Lopes. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece este padrão de menor risco. Para se evitar problemas com o álcool, o consumo aceitável é de até 15 doses por semana para os homens e 10 doses por semana para as mulheres, sendo que uma dose contém de 8 a

13 gramas de etanol (isso significaria uma latinha de cerveja, ou uma taça de vinho). Os homens não deveriam ultrapassar o consumo de 3 doses de álcool por ocasião e as mulheres de duas doses, sendo que tanto homens quanto mulheres não devem beber por pelo menos dois dias na semana. O organismo das mulheres é mais sensível ao efeito do álcool que o do homem. Isso porque a mulher tem menor proporção de água para diluir esse álcool. Mas sejamos sinceros, qual foi a última vez que você foi 'tomar uma' com seus amigos, e bebeu apenas três latinhas de cerveja?

Há uma forte cultura de consumo do álcool no país. O Brasil é um dos países que mais consome no mundo. Apesar de 50% da população brasileira não consumir bebida alcoólica, os que bebem, bebem de maneira abusiva. 5% dos bebedores, por exemplo, ingerem 27% de todo o álcool consumido no território nacional.

Para Felipe, o estudante da UFSC que ficou com o braço paralisado após um coma alcoólico, a interferência da bebida na humanidade e nas relações sociais existe desde sempre. Concordamos com ele, mas consideramos que parar para pensar sobre como e quanto estamos bebendo, nem que seja entre uma garrafa e outra, não faz mal nenhum. E se fizer mal, que não passe de uma ressaca. \*Nome fictício

Aramis Merki II

aramerki@gmail.com

Vitória Greve

vitoriagreve08@gmail.com

**"Deve existir uma orientação aos alunos e a toda população para que se faça uso de álcool dentro de um padrão de menor risco"**

## Doses de informação

Os jovens brasileiros só não ingerem mais álcool que colombianos e uruguayos

(segundo mapeamento feito pela ONU realizando em 9 países da América Latina)

**55%** dos jovens aceitam carona de motoristas que beberam

Cerca de 15% da população brasileira é alcoólatra

O álcool causa 4% das mortes no mundo. O número é maior que o registro pela AIDS, tuberculose e violência

**22%** dos jovens universitários estão sob o risco de desenvolver dependência de álcool

O alcoolismo é responsável por 75% de todos os acidentes de trânsito com mortes



# “A pecuária está sendo expulsa pelo progresso”

Atividade rural perde espaço, e produtores de Ratonos buscam formas de complementar a renda

Com a botina suja de terra e a roupa molhada de suor, Nivaldo Silva não se surpreende ao ver a vaca Esperança abrir a porteira e se dirigir ao cocho do estábulo para fazer uma refeição fora do horário. Ela é a preferida da família, e também a mais inteligente entre as 15 cabeças de gado que Nivaldo cria em sua propriedade de 1000m<sup>2</sup> localizada em Ratonos, no norte de Florianópolis. Ele, no entanto, não sabe por quanto tempo o bairro e a própria Ilha preservará suas características rurais. Existem aproximadamente cinco mil cabeças de boi e cerca de 800 pessoas ligadas direta ou indiretamente à agricultura e pecuária na cidade, de acordo com dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Nivaldo percebe com tristeza a diminuição das propriedades e do tamanho dos rebanhos: “A pecuária está sendo expulsa pelo progresso”.

Filho de manezinhos, Nivaldo é o único dos 11 irmãos que seguiu os passos do pai e continuou a tradição de criar gado e viver da pecuária. Ele recorda, nostálgico, da época em que a propriedade chegou a abrigar 180 bois e a renda resultante da criação dos animais era suficiente para sustentar a família. Hoje, o dinheiro que recebe por inseminar artificialmente as vacas da região não é o bastante para manter a propriedade funcionando. Ele encomenda 500 doses de sêmen bovino por ano de empresas especializadas de São Paulo e recebe entre R\$100 e R\$300 por cada animal que insemina. Além disso, faz partos de bezerros, negocia seu gado e faz serviços de lavoura para complementar a renda.

Uma solução para os problemas financeiros seria vender o terreno — avaliado em R\$15 milhões. Contudo, ele garante não vender o lugar por nenhum dinheiro no mundo. “Eu me considero um cara rico, por poder ouvir o som do vento, dos animais. Onde vou encontrar algo parecido com isso em Florianópolis?”

Nivaldo é um dos moradores de Ratonos que vivem da agropecuária e resistem à especulação imobiliária. Ele avalia que os 15 pecuaristas e os agricultores que permanecem em Ratonos, em propriedades cada vez menores, mantêm suas atividades por lazer e também para a construção de sítios de turismo. Os produtores de gado, por exemplo, possuem no máximo entre 10 e 15 cabeças de boi e utilizam a produção de leite e carne para consumo próprio. São poucos os

que produtores costumam vender o gado para frigoríficos de Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu, onde a carne é destinada para o mercado interno.

Ratonos é cada vez mais procurado para construção de condomínios de luxo, chácaras e sítios. A região, onde moram 3,7 mil pessoas, atrai por oferecer sossego na parte rural da cidade. Também é alvo frequente dos planos de urbanização da cidade. Além de ser uma rota gastronômica, o bairro pode servir de acesso entre o leste e o oeste da Ilha, ligando Santo Antônio de Lisboa ao Costão do Moçambique.

O novo plano diretor de Florianópolis prevê que a parte norte de Ratonos — cerca de 15% da área total do bairro — seja destinada à urbanização especial, de preservação, com centro local, moradias e área pública. O diretor técnico do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Célio Sztoltz, revela que não cabe ao plano discutir formas de manter a tradição rural de Ratonos. “A discussão do plano não foi até esse ponto. Mas certamente poderia haver uma política de incentivo por parte da prefeitura”.

De acordo com ele, as mudanças nas demarcações são destinadas às zonas em que já ocorreram disputas, ou áreas de risco.

A maioria dos terrenos de grandes proprietários são demarcados em Áreas



Agropecuária familiar, como a realizada por Nivaldo Silva, corresponde a 20% do PIB de Santa Catarina

de Preservação Permanente e, por coincidência, também procurados por imobiliárias para se tornarem chácaras e sítios de luxo. Porém, para o diretor do IPUF, se essas construções trouxerem algum tipo de benefício para o bairro, não podem ser vistas como obras negativas.

Para Nivaldo, assim como o nome da vaca de estimação, resta esperança de que o bairro rural de Florianópolis permaneça com suas características.

## Burocracia atrapalha boi-de-mamão

Cláudio Agenor de Andrade, Presidente da Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa e dono do Casarão Engenho dos Andrade sabe o desenrolar da história do boi-de-mamão: o desespero de Mateus, um vaqueiro simples do interior da Ilha, que, ao ver seu gado de estimação morto, busca um médico e um curandeiro para ressuscitá-lo. Ao fim, o boi volta à vida e todos comemoram com cantorias e danças. Andrade participa das comemorações nas festas de escola e igreja desde criança e assiste

o boi de mamão sair à rua, principalmente no Carnaval e no Natal. “Era uma farra, uma comemoração. Algumas pessoas maltratavam os animais, mas,

no geral, as pessoas queriam mesmo se divertir e até se esqueciam do boi.” Todas as sextas-feiras, o Casarão é palco dos ensaios do grupo de boi-de-mamão do bairro, com o chamador de coro e outras oito pessoas. A dança é umas das brincadeiras mais apreciadas e antigas do litoral catarinense. Diferentemente das outras brincadeiras que foram trazidas à Ilha de Santa Catarina pelos açorianos, o boi-de-mamão é uma tradição comum a outros estados brasileiros e apresenta variações como bumba-meu-boi, boi-bumbá, boi-pintadinho, boi-de-reis, boi da cara preta, e o boi-de-mamão do litoral paranaense, mas que são semelhantes na oralidade de sua história.

Apesar da popularidade, Andrade relata que uma das dificuldades enfrentadas por grupos que procuram manter as tradições da Ilha é a falta de políticas públicas que promovam o fomento à cultura do boi de mamão. Hoje, para um animal poder participar das licitações da prefeitura, é necessário apresentar um CNPJ, ou seja, uma cadastro de pessoa jurídica. “É um desacordo com a cultura popular que tem de virar uma empresa para conseguir sobreviver”, desabafa o representante do grupo de Santo Antônio.

## Para concorrer em licitações da Fundação Cascaes, bois devem ter CNPJ

De acordo com Luiz Moukarzel, secretário de Cultura de Florianópolis e superintendente da Fundação Franklin Cascaes, o uso do CNPJ não é uma medida

para dificultar o boi-de-mamão, e sim uma forma de evitar que o recurso público seja desviado. Moukarzel considera que “incentivar a cultura do boi-de-mamão não é função do poder público, é uma iniciativa popular”. Assim, tanto o grupo de Santo Antônio de Lisboa, como os outros 16 espalhados pela cidade e vinculados à prefeitura no ano de 2014, acabam por depender de convite para se apresentar em aniversários e festas particulares e, desse modo, garantir o faturamento e manter a tradição viva.

Larissa Gaspar  
larissa.gasparcp@gmail.com  
Luiza Kons  
lupkons@gmail.com



Fonte: CIDASC

Cultura ameaçada

# Renda não dá renda: arte ilhéu pode estar em sua última geração

Peças que levam até um mês para ficarem prontas são vendidas por apenas R\$ 150

Imagine um céu azulado, decorado apenas por uma revoada de pássaros e coloridos para-pentes; uma lagoa com barcos pesqueiros ao fundo que parecem estar em posição ideal para um cartão postal, e do outro lado da rua, um som único, uma melodia feita com contínuas e suaves batidas de madeira. O lugar é a Avenida das Rendeiras na Lagoa da Conceição, e a melodia é o entrelaçar dos bilros feito habilmente pelas senhoras artesãs para criar as tramas de renda. Antigamente, o trajeto era coberto de canto a canto por barraquinhas dessas artesãs. Hoje não são mais de dez que trabalham com a arte dos fios entrelaçados.

Entre 1746 e 1756, a coroa de Portugal promoveu a vinda de imigrantes da Ilha dos Açores e da Ilha da Madeira para povoar o litoral de Santa Catarina. Os açorianos desembarcaram em Florianópolis e, junto com as promessas de propriedades de terra e ajuda de custos feitas pelo governo português, trouxeram suas tradições e costumes. Começou, assim, a construção da açorianidade catarinense: a pesca artesanal, as lendas e mitos envolvendo o místico das bruxas, sereias e lobisomens,

a culinária, as danças, o pau-de-fita, e, principalmente, a renda de almo-fada, mais conhecida como a renda de bilro.

Florianópolis é uma das cidades que reúnem as maiores concentrações de rendeiras do país, a maioria senhoras mais velhas e que não passaram a técnica da renda adiante. No início do artesanato, eram aproximadamente três mil mulheres que se dedicavam à atividade, uma forma de contribuir com a economia doméstica. A mulher cuidava da casa, dos filhos e da comida enquanto o homem saía para pescar. Quando a pesca não era suficiente, o artesanato conseguia suprir as necessidades da família por um tempo. "A minha mãe falava que a família impunha esse conhecimento mesmo elas não querendo. Era até uma forma delas conseguirem ter um dinheirinho para fazer o enxoval do casamento", comenta Maria Homem, 52, filha de rendeira que não aprendeu a fazer a renda, mas trabalha com o artesanato na Lagoa.

Uma das artesãs que entrelaça seus bilros na Avenida das Rendeiras há 30 anos é Elaine Enedina Vieira, 54, neta e filha de rendeiras. Com sua almofada colorida e o nome bordado em uma das extremidades, Elaine cria peças para vender e presentear suas filhas. "As minhas filhas gostam de renda, usam muita renda, mas elas não tem paciência, nem tempo e vocação". Essa relação das jovens com a renda não é exclusiva da família de Elaine: o desinteresse em aprender a técnica é comum na maioria das filhas e filhos das rendeiras de hoje.



Norma Barcelo, 70, artesã mais antiga da Avenida das Rendeiras

## Estilista cria novo contexto para tradição

Designer moderniza renda de bilro com cores e materiais inovadores

A renda de bilro em toalhas de mesa, mantas, tapetes é algo tradicional e comum nas feirinhas feitas pelas senhoras artesãs da Ilha, mas a neta de rendeira e designer de moda, Talyta Bastos, 22, propõe uma alternativa de inovar e aproximar esse técnica tão antiga da nossa realidade contemporânea. A ideia é trabalhar a renda como matéria-prima de roupas e não como peças adicionais. Com influência familiar, sua avó sendo rendeira e seu avô um dos poucos homens a trabalhar com o artesanato, Talyta juntou sua visão de designer, as experiências dos seus antepassados e de outras rendeiras para construir uma coleção de 25 peças, das quais três foram produzidas para um desfile, a partir da renda.



Coleção de Talyta mistura bilro e alta-costura

As roupas são resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Moda da UDESC, e trazem um estilo diferente e uma renovação para a tradicional renda de bilro. "Construí um vestuário que trouxe um novo significado à renda, uma modelagem para as pessoas que pudesse cair bem no corpo. Não queria juntar vários pedaços de renda ou cortar peças prontas, a proposta era trabalhar a renda já pensando no corpo de quem a iria vesti-la", conta Talyta.

A falta de interesse dos jovens vem também da desvalorização do trabalho que as artesãs têm para criar suas peças. A rendeira Dulce Luiza dos Santos, 66, aprendeu o artesanato aos seis anos de idade com sua mãe para ajudar em casa, mas aos 14 anos deixou de fazer renda por não ter o retorno que gostaria. "Você fica uma mês em uma peça para vender por R\$ 150 reais. Um mês de serviço por 150 reais, o que você vai fazer com esse valor? E ainda as pessoas reclamam para pagar a quantia", questiona a rendeira.

Existem alguns programas de incentivo à cultura organizados pela Prefeitura da cidade com a Fundação Franklin Cascaes. O Centro de Referência da Renda de Bilro, também conhecido como Casarão das Rendeiras na Lagoa da Conceição, é um exemplo. Nas quartas e sextas-feiras, as rendeiras do bairro e de outros lugares se reúnem para trocar pontos, técnicas e ensinar pessoas que não tem nenhum conhecimento sobre a renda. Até o começo do ano, a prefeitura pagava para uma das senhoras ser a professora,

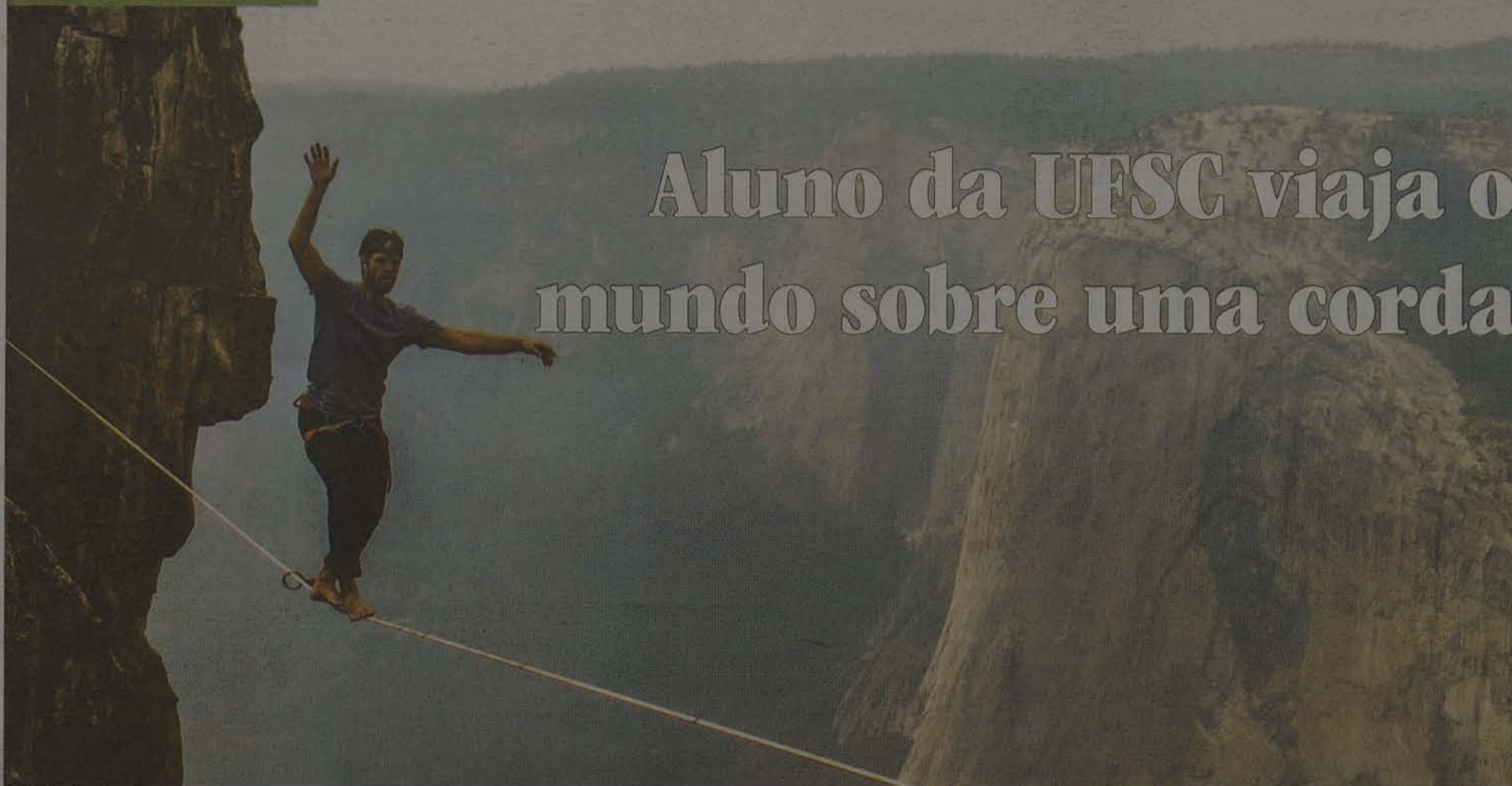
mas hoje tudo é organizado pelos responsáveis do Casarão, as artesãs, que não querem deixar de ter esse espaço.

Entre as cinco rendeiras mais antigas que frequentam o Casarão está Maria Locurdes, 63, criando uma peça que mistura dois tipos de renda: a tradicional e a maria morena. Há 19 anos trabalhando no Casarão, suas mãos intercalam os bilros com suavidade e agilidade, e seu olhar por de trás dos óculos é concentrado. Não deixa nenhum ponto passar. Mas uma pergunta faz ela interromper a dança de bilros: "Você acredita que esta é a última geração de rendeiras?". Deixa as pequenas peças em madeira no seu colo, e tirando os óculos responde: "Última geração? Pode ser. Mas eu torço para essa geração durar muitos e muitos anos. Espero que muitos jovens, assim como você, venham interessados em conhecer, ouvir nossas histórias e, que gostem da nossa renda". Nesse instante, ela volta o olhar para a sua peça e recomeça a dança.

Elva Gladis  
elva.gladis@gmail.com

Guilherme Pereira  
guilherme.g.pereira91@gmail.com

# Aluno da UFSC viaja o mundo sobre uma corda



Ligia Duclós/Acervo pessoal

Rafael Bridi garante que a modalidade é segura e traz benefícios para corpo e mente

Foi dizendo “sim” ao despretenso convite de um amigo, há pouco mais de cinco anos, que Rafael Bridi conheceu e desde então vive em função do *slackline* — esporte de equilíbrio sobre uma fita elástica. O que começou como uma brincadeira em frente ao Centro de Comunicação e Expressão (CCE/UFSC) mudou a sua vida. O esporte virou a sua principal fonte de renda e o fez rodar o mundo. Hoje, o ainda estudante de Engenharia de Produção Civil da UFSC é reconhecido internacionalmente por praticar nas alturas o esporte que muitos dizem ser “coisa de maluco”.

É verdade que andar em uma fita de 2,5 cm de largura, enquanto o próprio pé tem quase o triplo, não é uma das coisas mais normais do mundo. Ainda por cima, quando se está a mais de 40 metros do chão — como a travessia que Rafael fez na Itália, ano passado. A pedido da reportagem do ZERO ele montou um *slackline* no terceiro e último andar do bloco B do Centro Tecnológico (CTC/UFSC), a quase 10 metros de altura e com 18 metros de comprimento, chamando a atenção dos alunos e professores que passavam por ali. Tudo, claro, liberado pela direção do centro.

Para montar o equipamento foram gastos cerca de 30 minutos. Muito rápido, de acordo com o esportista, por ser um ambiente mais fácil: “Tem os pilares que ajudam e é bem tranquilo, não tem nada para atrapalhar. Bem diferente, por exemplo, de quando montamos em lugares abertos, entre montanhas. Aí demoramos mais de uma hora, com certeza”. Rafael, que é patrocinado por uma marca de roupas, também possui um site oficial e organiza campeonatos da modalidade. O material, entre cordas, polias, roldanas e *locks* (anéis feitos de aço para fixar a fita na ancoragem) essenciais para a segurança, custa, em média, R\$ 4.500. Isso sem contar o *rangefinder* (tipo de telémetro a laser de alta precisão que mede distâncias e alturas) de R\$ 1.200. “Mas isso tudo é para o resto da vida, praticamente. São equipamentos de alta qualidade que vão ser usados por muitos anos”, defende o *highliner*, como é chamado quem pratica o *slackline* a mais de 15 metros do solo.

Foram quase duas horas de equilíbrio nas alturas bem

no meio do CTC. O difícil era achar quem não se surpreendesse com Rafael Bridi e seus dois amigos, também apaixonados pelo esporte, Randhy Márcio e Vinícius Goulart. O estudante de Engenharia Mecânica da UFSC, Leonardo Mori, por exemplo, duvidou da sanidade do trio: “Ou eles não batem bem da cabeça ou bateram a cabeça antes de subir lá em cima. Só pode”. Discurso parecido fez o estudante André Ferrari, da Engenharia Civil: “Aquele que eles ficam bem pertinho do chão até vai, tudo bem. Lá em cima é coisa de maluco, com certeza”. Mas Rafael não liga. Acha que é falta de informação: “Não é a primeira e nem será a última vez que vou receber o rótulo de ‘louco’. Ao invés de buscarmos conhecer e entender um pouco mais a respeito, preferem ficar na superficialidade e criar rótulos”.

Os benefícios físicos proporcionados pela prática do *slackline* são um dos grandes trunfos que Rafael utiliza para enaltecer o esporte: “Eu sempre pratiquei vários esportes. Surfe, escalada, mas me machucava muito mais. Hoje em dia sou bem mais preparado por causa do *slackline*”. O esportista, no entanto, gosta de ressaltar outros pontos positivos em se equilibrar nas alturas: “Na parte mental e espiritual a capacidade de se concentrar por um longo tempo sem dúvidas é um grande benefício. E com o espírito livre e a mente tranquila conseguimos, passo após passo, caminhar as distâncias que estiverem à nossa frente”.

## Projeto futuro

Rafael Bridi já praticou *slackline* em sete países da Europa, nos Estados Unidos e também em outros países da América do Sul. Conta que cada experiência é única: “Não tem como eu dizer qual foi o melhor lugar em que eu já fiz *slackline*. Cada lugar tem a sua particularidade. Cada um é marcante na sua maneira”.

O esportista quer iniciar um novo ciclo ainda neste ano. O objetivo é juntar toda a experiência adquirida para criar uma palestra onde possa compartilhar as suas experiências: “Só não sei ainda os temas específicos. Se vou falar sobre como as pessoas podem e devem enfrentar seus medos, sobre a motivação necessária para vencer barreiras, não sei. Mas tenho muita vontade de contar tudo que vivi com o *slackline*”.

Luiza Kohns/Zero



Niklas Winter/Acervo pessoal



João Ricardo Ziert  
joãoricardo.ziert@gmail.com